



# DIÁRIO DA JUSTIÇA

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 22/2020

Brasília - DF, disponibilização segunda-feira, 3 de fevereiro de 2020

### SUMÁRIO

Presidência .....	2
Secretaria Geral .....	2
Secretaria Processual .....	2
Corregedoria .....	9

**Presidência****Secretaria Geral****CHAMAMENTO PÚBLICO DE AVALIADORES/PARECERISTAS  
PARA A REVISTA ELETRÔNICA DO CNJ, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020**

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA E EDITOR DA REVISTA CNJ, no uso de suas atribuições, convoca membros da comunidade acadêmica e pesquisadores para compor o banco de avaliadores/pareceristas da Revista Eletrônica do CNJ.

O parecerista/avaliador tem a função de auxiliar na avaliação dos artigos enviados para a revista. Para a seleção dos pareceristas que formarão o banco, serão considerados a titularidade (doutorado em direito ou áreas afins) e a experiência em pesquisas sobre o Poder Judiciário. Os pareceres serão realizados na plataforma OJS (*Open Journal Systems*), no processo *double blind peer review*.

O prazo para avaliar os artigos é de três semanas e a atuação dos pareceristas compreenderá também a nova avaliação do artigo proveniente da sugestão de modificação. Os pareceristas não serão remunerados e receberão certificado de participação ao final do volume (ano civil).

As inscrições serão recebidas no período de 3 de fevereiro de 2020 a 2 de março de 2020 no e-mail [revistacnj@cnj.jus.br](mailto:revistacnj@cnj.jus.br).

**Secretaria Processual**

**Autos:** PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0009541-23.2019.2.00.0000  
**Requerente:** JOÃO ALFREDO DOS SANTOS  
**Requerido:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - TJBA  
CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA – CCIBA  
**Advogado:** BA35570 – EDNALDO MARIANO DA COSTA

**DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Providências, ora examinado como Procedimento de Controle Administrativo (PCA), no qual João Alfredo dos Santos se insurge contra ato da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia (CCI/BA) que determinou o bloqueio administrativo das matrículas dos imóveis “2642, 2643, 2644, 2647, 2648, 2670, 2671, 2687, 2811, 2814, 2815 (desmembradas partes para 6680 e 6681), 2816, 2817, 2818, 2819, 2820, 2821, 2822, 2825, 2826, 2831 e 2832, 2640, 2808, 2809, 2810, 2812, 2823, 2824, 2827, 2828, 2829, 2833, 2834, 2835, 2836, 2838, 2839, 2840 e outras com registros de escrituras dos inventários de Vicência Rabelo da Silva e Joel José da Silva”, assentadas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rita de Cássia/BA (Processo TJ-ADM-2017/31999).

Aduz o requerente que o Conselho da Magistratura/TJBA, ao apreciar recurso administrativo interposto contra a decisão da CCI/BA, concluiu, equivocadamente, pela impossibilidade de o Tribunal examinar a matéria, em observância à decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos autos dos PPs 0007368-31.2016.2.00.0000 e 0007396-96.2016.2.00.0000.

Afirma que as matrículas bloqueadas nada têm a ver com as dos imóveis 726, 727 e 1037 – apreciadas pelo CNJ nos PP 7368-31 e 7396-96 – e assevera causar estranheza a assinatura de Acordo pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar e Outros, ao mesmo tempo em que a magistrada propôs, por ocasião da apreciação do recurso, o não julgamento do pleito recursal (Processo TJ-ADM-2017/31999) sob a fundamentação de que havia na espécie conflito entre os registros bloqueados (decisão da CCI/BA) e os das matrículas 726, 727 e 1037 (PP's 7396-96 e 7368-31).

Alega ser vítima de possível convivência da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia e destaca a atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em operação desarticuladora de esquema de “organização criminosa envolvendo a cúpula do Tribunal de Justiça da Bahia” (Id 3829866).

Enfatiza a violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, destaca que a atuação da CCI/BA permitiu a comercialização de seus imóveis em benefício de Walter Yukio Horita e empresas, e defende ser nulo o ato da CCI/BA que bloqueou os registros dos imóveis. Pede (sic):

**a)** [a suspensão do] processo TJ-ADM-2017/31.999, até decisão do mérito, **deferindo a liminarmente e Provisoriamente o desbloqueio** das matrículas: 2642, 2643, 2644, 2647, 2648, 2670, 2671, 2687, 2811, 2814, 2815 (desmembradas partes para 6680 e 6681), 2816, 2817, 2818, 2819, 2820, 2821, 2822, 2825, 2826, 2831 e 2832, 2640, 2808, 2809, 2810, 2812, 2823, 2824, 2827, 2828, 2829, 2833, 2834, 2835, 2836, 2838, 2839, 2840 e outras com registros de escrituras dos inventários de Vicência Rabelo da Silva e Joel José da Silva, oriundas do inventário de Rufina Maria da Cunha, e Joel Jose da Silva, (doc.12); (doc. 13), respectivamente, pois nada tem a ver com as matrículas 726 e 727, inventário de Suzano Ribeiro de Souza [PPs 7396-96 e 7368-31] [...];

**b)[a declaração de nulidade do] julgamento do recurso ocorrido no dia 02 de dezembro de 2019, [...],** pela falta de apreciação da questão prejudicial, Art. 503, § 1º, inciso I, do CPC, c/c art. 206 do RITJBA, (doc. 19 – partes 01 e 02), [...] porque foi articula[da] por pessoas tidas como participantes de ‘organização criminosa’, conforme decisão em anexo do Ministro do STJ, (doc. 17), Julgando Objeto diverso da correição e confundindo matrículas e inventários (DOC. 22 –decisão do CNJ), em anexo, que comprova a não existência de vínculos com as matrículas 726 e 727, matrícula 1037 José Valter Dias e seus desmembramentos, e Portaria nº 105/2015, assim são todos suspeitos, e principalmente quem assina o Acordo (DOC. 02), de venda, ou seja a Des<sup>a</sup>. Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar Santos (Corregedora Geral de Justiça), que teve seu voto acatado pelo relator omissis (doc. 20), que mudou sua tese de intempestividade, rechaçada pela fl. 1625, processo arquivado, (DOC. 05), datado de 29.05.2018, acordo todo rasurado, tangente a valores e forma de pagamento, deixando uma herdeira fora, a Sra. Adelina Rabelo Bernardes, mesmo este acordo sendo ilegal e nulo, pois negociou a venda do patrimônio do requerente todo bloqueado, por um laranja, para o Grupo Horita, cuja a intenção foi desbloquear a matrícula 736, livro 2B, bloqueada por decisão judicial e mesmo assim conseguiram, porém

continuam bloqueadas para o requerente. Por derradeiro que suspenda o acordo (doc. 02), mantendo o bloqueio da matrícula 736, livro 2B, do cartório de Santa Rita de Cássia-BA, e seus desmembramentos, em Formosa do Rio Preto-BA, se for o caso.

No mérito, pugna pela confirmação da medida e a anulação de todos os atos praticados no "Processo nº: TJADM-2017/31999, maculado de ilegalidades (intimação do advogado) e atuação de suspeitos em compor 'organização criminosa', conforme ministro Og Fernandes do STJ, [...], e tendo em vista que a matéria já estava anteriormente judicializada na ação anulatória da matrícula 736, processo: 0000654-91.2014.805.0224, [...] comprovando a judicialização da matéria, desta forma cancelando este processo adm. [TJADM 2017/31999], por citação de seus participantes em 'organização criminosa', conforme decisão do ministro do STJ, (DOC. 17), e conseqüentemente o arquivamento por ilegalidades." (Id 3829866).

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia prestou esclarecimentos sob as Ids 3842614, 3842678 a 3842680, 3842682, 3842688, 3842687, 3842686, 3842685, 3842684, 3842691 a 3842699, 3842703.

O requerente apresentou nova petição para impugnar as informações apresentadas pela Corte requerida, ao tempo em que renovou o pedido liminar (Ids 3842973).

Os autos vieram-me por redistribuição em 12.12.2019, em face do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão 0007396-96.2016.2.00.0000 e do PP 0007368-31.2016.2.00.0000 (Ids 3832324, 3832604, 3833951).

#### É o relatório. Decido.

O inconformismo relatado nestes autos está relacionado com o bloqueio administrativo promovido pela Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia (CCI/BA) de matrículas de imóveis, assentadas no Cartório de Imóveis da Comarca de Santa Rita de Cássia/BA (Processo TJ-ADM-2017/31999). Foram elas:

Matrículas									
2642	2643	2644	2647	2648	2670	2671	2687	2811	2814
2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2825	2826
2831	2832	2640	2808	2809	2810	2812	2823	2824	2827
2828	2829	2833	2834	2835	2836	2838	2839	2840	[1]

O requerente suscita, ainda, causar espécie a assinatura de Acordo pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar e Outros, ao mesmo tempo em que a magistrada defendeu o não julgamento do recurso (Processo TJ-ADM-2017/31999) sob a fundamentação de os registros guardavam correlação com os dos imóveis de matrículas 726, 727 e 1037, apreciados pelo CNJ nos PP's 7396-96 e 7368-31.

#### Passo ao exame.

De início, verifico que, de fato, os imóveis bloqueados pela decisão da CCI/BA nada têm a ver com os registros das matrículas apreciadas pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, nos autos dos Pedidos de Providências 726, 727 e 1037. As origens são diferentes e os descritivos dos imóveis não guardam correspondência, consoante se pode inferir das certidões colacionadas aos autos pelo TJBA (Ids 3862574 e seguintes).

Examinando as razões da decisão da CCI/BA que levaram ao bloqueio das matrículas dos imóveis e, por amostragem, a cadeia dominial de cada qual, não verifico, porém, a presença de elementos suficientes a ensejar o controle do ato pelo Conselho Nacional de Justiça tal como defende o requerente.

Ao revés, há substancial substrato a respaldar o resguardo dos registros públicos, sobretudo se considerada a semelhança do presente feito com a situação identificada pelo CNJ no julgamento dos PPs 7396-96 e 7368-31, notadamente quanto à forma de abertura das matrículas (imóveis advindos de inventário/cessão de direitos hereditários de longa data); a ausência de características suficientes a definir os limites territoriais e respectivas áreas; e sucessivos desmembramentos de terras.

Estas circunstâncias, podem, em última análise, ocasionar instabilidade jurídica na região e causar efeitos nefastos às relações contratuais, a terceiros (contratos de compra e venda), a instituições bancárias (financiamentos/créditos agrícolas), a famílias (conflitos de terras) e, até mesmo, ao próprio Estado, caso identificadas terras públicas.

No caso em espécie, sobreleva anotar, ainda, o fato de as matrículas dos imóveis advirem de inventário do ano de 1894 e somente em meados de 1984 – cerca de 100 (cem) anos após a suposta partilha de bens e seguidas transmissões hereditárias – serem levadas a registro, quando em vigor a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31.12.1973).

Também nos causa espécie o fato de a abertura das matrículas ter ocorrido na Comarca de Santa Rita de Cássia/BA em 1984 e lá permanecerem até os dias atuais (jan/2020), quando se sabe que o acervo desta serventia foi transferido para o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Rio Preto/BA (instalado em 1989), em homenagem ao princípio da territorialidade (Lei 6.015/1973).

O mapeamento de matrículas promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/BA) e Corregedoria das Comarcas do Interior da Bahia/TJBA (Ids 3862604 a 3862612), o qual adoto como parte integrante desta decisão (Anexo I), bem esclarece a conjuntura identificada e, ao menos em exame perfunctório, ratifica a necessidade de manutenção do bloqueio das matrículas dos imóveis enquanto não regularizados os registros.

Os achados constantes do estudo das CGJ/BA e CCI/BA reforçam essa compreensão (Id 3862601).

Visando atender ao comando do CNJ, o mapeamento, dentre outras, se concentrou nas matrículas seguintes: nº 726 e 727 (Fazenda São José); 736 (Fazenda Estrondo); 2640, 2642 a 2644, 2647, 2648, 2670, 2671, 2687, 2808 a 2812, 2814 a 2816, 2822 a 2829, 2831 a 2836, 2838 a 2840 (João Alfredo dos Santos), seus registros anteriores e os seus desdobramentos. [...]

- Quanto ao[s] achados da análise das matrículas do JOÃO ALFREDO DOS SANTOS: - todas tem a mesma sistemática já citada anteriormente, pois fazem menção ao registro de escritura pública de inventário de Vicência Rabelo da Silva, tida como herdeira de sua bisavó Rufina Maria da Cunha, [que] tem como herdeiros 4 filhos, mas na escritura apenas é citado Francisco José da Silva, logo, sonega-se a cadeia sucessória quando da consolidação da área dominial de João Alfredo (faz referência a Rufina, proprietária originária, desprezando o processo sucessório havido após o falecimento, em 1884; João Alfredo aparece como cessionário e adjudicatário dos imóveis; – verificação de inventário do pai de Vicência – Joel José da Silva, esta escritura tem como cessionário e adjudicatário o advogado Emerson Allan Gonçalves Oliveira; 2640, 2808, 2809, 2810, 2812, 2823, 2824, 2827, 2828, 2829, 2833, 2834, 2835, 2836, 2838, 2839, 2840; **Escritura do**

**inventário lavrada no cartório de Tocantins; - escritura aberta com redação tru[n]cada, confusa, sem delimitação de área, sem qualquer anuência de confrontantes, impossibilidade de identificação do inventariante, nenhum indício de que houve prévia retificação da descrição do imóvel de réis para hectares.** - Na maioria dos georreferenciamentos averbados não se verificou a anuência de confrontantes.

[...]

#### 4.5 – Observações complementares

O presente relato se presta a um esboço geral dos dados coletados nas planilhas (anexas), as quais descrevem os achados em cada matrícula que constitui o acervo registral imobiliário nos dois municípios.

O Registro de Imóveis de Formosa do Rio Preto foi instalado no ano de 1989, portanto, na vigência do sistema matricial ordenado pela Lei nº 6.015/73, ainda em vigor, de onde se extrai os comandos e princípios norteadores da eficiência e segurança jurídica por meio da adoção de ordem de serviço acompanhada de escrituração dos atos devidamente balizados pelo legislador.

O menoscabo aos princípios da legalidade, especialização objetiva e continuidade, foi determinante desde o momento de recepção dos registros originários de Santa Rita de Cássia, como visto acima, dada a conduta claudicante do registrador na observância dos comandos normativos, quando o então Oficial (atual delegatário) quedou-se no dever de exigência, perante os interessados, vocacionada ao conserto e adequação à norma dos atos “viciados”.

Como visto, assim não o fez.

Manteve no fólio registros destituídos de descrições basilares (art. 176 e 225, da Lei nº 6.015/73), ou até mesmo concebidos por “títulos” precários, sem dominialidade (art. 167, LRP), portanto, sem o registro anterior que deveria ser detectado quando fosse exigida a certidão atualizada (de inteiro teor) da matrícula originária em face do desmembramento territorial (arts. 170, 196, 197 e 229, LRP), omitindo-se no cumprimento do seu dever de apresentar “nota de exigência ou devolutiva” ao interessado para superação das ilegalidades (art. 198, LRP).

Em afronta ao quanto estabelecido no art. 225, da Lei de Registros Públicos, deu cumprimento a comandos judiciais sem observar o procedimento de superação das irregularidades reproduzidas em razão dos vícios originários e constantes desde Santa Rita de Cássia (art. 198, LRP), mais uma vez quedando-se na ilegalidade.

**O resultado desse quadro evidencia fragilidade do sistema, até os dias atuais, que deveria reproduzir segurança jurídica, enquanto valor ontológico, propiciando grave instabilidade fundiária a uma região detentora de grande poder econômico (agronegócio) passando a figurar como atrativo à participação reiterativa de oportunistas (“estelionatários”), oriundos das mais diversas áreas de atuação profissional.**

A título ilustrativo, o cartório de Formosa do Rio Preto teve a arrecadação, no último semestre, no valor de R\$ 3.942.826,79, enquanto o de Santa Rita de Cássia foi no montante de R\$ 412.258,81 (Fonte: Justiça Aberta/CNJ).

[...] (grifo nosso)

Nesse contexto, inexistente espaço para acolhimento liminar da pretensão do requerente (desbloqueio das matrículas).

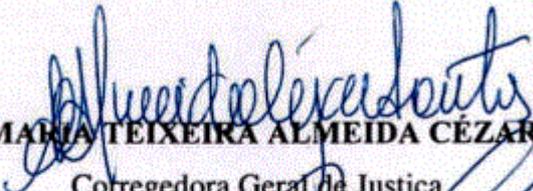
No que diz respeito à alegação de causar estranheza a assinatura de ‘Acordo de Posse sobre Áreas de Terras Rurais Situadas em Formosa do Rio Preto/BA’ pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar e Outros, que estaria a viabilizar a venda das terras dos imóveis bloqueados ao Grupo Horita, tampouco vislumbro, a partir dos elementos coligidos aos autos, plausibilidade em sua argumentação relativamente aos Desembargadores Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar e Emílio Salomão Pinto Resedá.

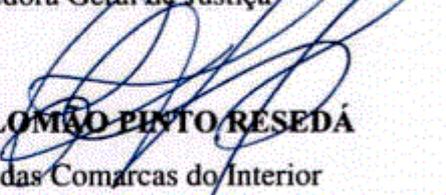
É que João Alfredo dos Santos faz referência a uma **minuta** de ajuste entabulada por “empresas e representantes investigados em operação pelo Superior Tribunal de Justiça” (Id 3828873), mas quando se examina o Acordo propriamente dito verifica-se que as cláusulas e condições não correspondem ao ajuste recebido pelo Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos Possessórios na Região Oeste da Bahia (Id 3842701).

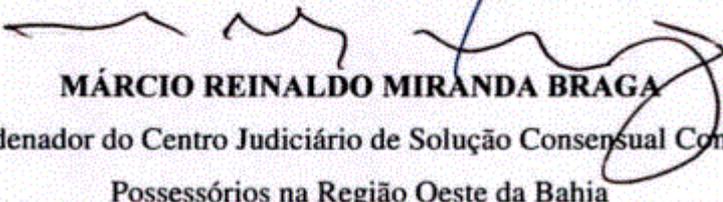
Ademais, as assinaturas apostas pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cezar Santos e pelo Desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá não dizem respeito à homologação do acordo, mas sim à recepção da avença –homologada pelo juízo de piso – na qualidade de integrantes do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos Possessórios na Região Oeste da Bahia.

As autoridades abaixo nomeadas, que integram o Centro Judiciário de Solução Consensual Conflitos Possessórios na Região Oeste da Bahia, recepcionam o presente acordo, já devidamente homologado pelo juízo competente, devendo o mesmo ser remetido ao juízo *a quo*, para adoção dos procedimentos legais.

**GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO**  
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

  
**LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS**  
 Corregedora Geral de Justiça

  
**EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ**  
 Corregedor das Comarcas do Interior

  
**MÁRCIO REINALDO MIRANDA BRAGA**  
 Coordenador do Centro Judiciário de Solução Consensual Conflitos  
 Possessórios na Região Oeste da Bahia

Se não bastasse, também penso que eventual discordância com o teor do acordo firmado no bojo da ação 000047-86.1995.8.05.0081 (Id 3842703) pode (e deve) ser impugnada na via processual adequada, e não de forma oblíqua perante o Conselho Nacional de Justiça.

Assim, ao menos por ora, diante dos elementos trazidos aos autos, não há como acolher a tese sustentada por João Alfredo dos Santos, com vistas a permitir o desbloqueio das matrículas dos imóveis objeto deste PP.

**Indefiro, pois, o pedido liminar.**

Entretanto, considerando a possibilidade de os registros noticiados terem surgidos de atos cartorários irregulares e, diante da competência constitucional delegada ao Conselho Nacional de Justiça – de receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, bem como de apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos (art. 103-B, CF) – **entendo** necessária a adoção das seguintes providências para melhor instrução e decisão de mérito:

**A – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJBA)**

**A.1) à CGJ e à CCI/BA que:**

**A.1.1)** mantenham, por ora, o bloqueio das matrículas abaixo indicadas, enquanto não regularizados e aclarados os registros dos imóveis (existência, validade ou eficácia de negócio jurídico), o que, a nosso ver, dependem de elaboração de ata notarial (atestando, se for o caso, o tempo de posse) instruída com serviços técnicos hábeis (topógrafo) a identificar e qualificar os respectivos imóveis com as características exigidas pela Lei de Registros Públicos, além da participação do Ministério Público Estadual e Federal.

Matrículas CRI Santa Rita de Cássia/BA									
2642	2643	2644	2647	2648	2670	2671	2687	2811	2814
2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2825	2826
2831	2832	2640	2808	2809	2810	2812	2823	2824	2827
2828	2829	2833	2834	2835	2836	2838	2839	2840	[2]

**A.2) ao TJBA, à CGJ/BA e à CCI/BA que:**

**A.2.1)** esclareçam o objeto, a validade, a eficácia e a vigência dos Acordos juntados aos autos, tendo vista a aparente divergência das condições dos ajustes, partes, assinaturas, datas e rasuras constantes dos documentos.

**A.2.2)** informem, a partir do preenchimento do quadro a seguir, se as matrículas levadas a acordo e objeto de sentença(s) prolatada(s) pelo Juiz Sérgio Humberto de Quadros (Id 3842703) tinha(m) em seus registros a delimitação da área do(s) imóvel(is) previamente à decisão.

Mat. (A)	Data de abertura	Mat. originária	Classificação da origem da matrícula (A)	Quantidade e Unidade de Medida ao tempo da abertura:	Valor inicial das terras	Houve atribuição de Quantidade e Unidade de Medida após a data de abertura da matrícula? (1ª atribuição)	Se positiva a resposta na coluna anterior, qual foi a data em que essa atribuição apareceu no registro do imóvel pela primeira vez?	Qual foi a quantidade e unidade de medida atribuída?	Qual foi o tipo de ato que autorizou essa atribuição?	Houve nova atribuição de Quantidade e Unidade de Medida após a 1ª atribuição?	Se positiva a resposta na coluna anterior, qual é a quantidade e unidade de medida do imóvel? (especificar a mais recente)	Qual foi o tipo de ato que autorizou essa nova atribuição?	Valor mais recente atribuído à matrícula
Exemplos:			1. Ato administrativo 2. Ato judicial	1. hectares 2. alqueires 3. m <sup>2</sup> 4. não quantificado	1. réis 2. reais 3. outros (especificar)	1. Sim 2. Não	1. dd/mm/aaaa 2. n/a	1. hectares 2. alqueires 3. m <sup>2</sup> 4. n/a	1. Ato administrativo 2. Ato judicial 3. inexistente	1. Sim (especificar a mais recente) 2. Não	1. hectares (ha) 2. alqueires 3. m <sup>2</sup> 4. n/a	1. Ato administrativo 2. Ato judicial 3. inexistente	1. réis 2. reais 3. outros (especificar)
xxxx	d/m/aaaa	xx	Exemplos: 1. ato judicial: partilha inventário; mandato judicial; 2. ato administrativo: requerimento do interessado;	Exemplos: 1. 5.000ha 4. não quantificado (inexistente)	Exemplos: 1. 205250 2. \$5.000,00	Exemplos: 1. Sim	Exemplos: 1. dd/m/aaaa	Exemplos: 1. 15.000 ha	Exemplos: 1. ato judicial: sentença (dd/mm/aaaa)	Exemplos: 1. 10.000ha 4. não quantificado (inexistente)	Exemplos: 1. 10.000ha 4. não quantificado (inexistente)	Exemplos: 1. ato adm: portaria xx/xx 2. ato judicial: sentença (dd/mm/aaaa)	Exemplos: R\$10.000,00
[...]													

**A.2.3)** elucidem a razão pela qual a abertura das matrículas se deu na Comarca de Santa Rita de Cássia/BA em 1984 e lá permanecem assentadas até os dias atuais, quando se sabe que o acervo da serventia foi transferido para o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Rio Preto/BA (instalado em 1989).

### A.3) à CGJ/BA e à CCI/BAque:

**A.3.1)** a partir da mesma equipe de magistrados e servidores que elaboraram o *Relatório de Registro de Imóveis* (o Juiz **Moacir Reis Fernandes Filho**, o Juiz **Antônio MaronAgle Filho** e a servidora **Cristiane dos Santos Nascimento**) e, com apoio técnico de profissional(is) especializado(s) (p. ex. topógrafo), somado aos indicadores elencados no Anexo II desta Decisão, conclua(m) o levantamento em relação à região de Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto/BA (mapa histórico das matrículas[3]), até ulterior deliberação, com apresentação de fluxograma da conexão de Santa Rita e Formosa do Rio Preto/BA, mapas (em níveis, **1º nível** - mapa da cidade com as matrículas sobrepostas; **2º nível** - legenda sinalizando eventual sobreposição de matrículas e identificação de terras devolutas; **3º nível** - documentação referente à posse em outros cartórios [Títulos Documentos e Registro de Imóveis e, se houver, Tabelionato de Notas]; **4º nível** - solicitação aos outros Poderes de inscrição mobiliária (rural e/ou urbana) - IPTU, INCRA, CAR, etc.; **5º nível** - inconsistências entre posse e propriedade). **Prazo:** 120 (cento e vinte) dias.

**A.3.2)** avaliem a pertinência de aplicação do artigo 36[4] da Lei 8.935/1994 (Lei dos cartórios) em face dos delegatários dos Cartórios de Formosa do Rio Preto/BA e/ou de Santa Rita de Cássia/BA.

### B – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (CN)

**B.1)** a expedição de cópia integral dos autos à d. Corregedoria Nacional de Justiça para:

**B.1.1)** solicitar integral apoio à equipe de servidores e magistrados da CGJ/BA e CCI/BA no desenvolvimento das atividades indicadas no tópico anterior (alínea A), se possível, mediante designação de magistrado(s) e servidor(es);

**B.1.2)** avaliar a pertinência de criação de grupo de trabalho (ou congêneres) – em parceria com servidores e magistrados do TJBA (Juiz **Moacir Reis Fernandes Filho**, Juiz **Antônio MaronAgle Filho** e servidora **Cristiane dos Santos Nascimento**) – destinado a promover o acompanhamento dos atos notariais e registrares praticados nas Comarcas de Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto/BA;

**B.1.3)** avaliar a pertinência de aplicação do artigo 36[5] da Lei 8.935/1994 (Lei dos cartórios) em face dos delegatários dos Cartórios de Formosa do Rio Preto/BA e de Santa Rita de Cássia/BA.

### C – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

**C.1)** a expedição de Ofício e a remessa de cópia integral dos autos (em mídia digital) ao Ministério Público Federal para providências que entender pertinentes, tendo em vista os indícios de ilícitos praticados na abertura e transferência de registros de imóveis na Comarca de Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto/BA, bem como a possibilidade de instabilidade jurídica na região e consequências deletérias para as relações contratuais, terceiros (contratos de compra e venda), sistema financeiro e bancário (financiamentos/cédulas de crédito rural/créditos agrícolas), famílias (conflitos de terras) e, até mesmo, ao próprio Estado, caso identificadas terras públicas.

### D – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

**D.1)** a expedição de Ofício e a remessa de cópia integral dos autos (em mídia digital) ao eminente Ministro Og Fernandes do Superior Tribunal de Justiça, a fim de subsidiar os procedimentos ali instituídos e existentes a respeito das irregularidades identificadas em esquema de legitimação de terras no oeste da Bahia.

### E – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

**E.1)** a expedição de Ofício e a remessa de cópia integral dos autos (em mídia digital) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para:

**E.1.1)** providências que entender pertinentes, tendo em vista os indícios de ilícitos praticados em abertura de registros de imóveis no Oeste da Bahia (Comarcas de Santa Rita de Cássia e de Formosa do Rio Preto/BA), os quais podem recair sobre terras públicas.

**E.1.2)** avaliar a pertinência de instituir Comitê Interinstitucional destinado a realizar estudos e mapeamento da região em cooperação e apoio à equipe de magistrados e servidores que elaboraram o *Relatório de Registro de Imóveis* (o Juiz **Moacir Reis Fernandes Filho**, o Juiz **Antônio Maron Agle Filho** e a servidora **Cristiane dos Santos Nascimento**) e à Corregedoria Nacional de Justiça, diante da competência desta de orientar e fiscalizar os serviços notariais e de registro em geral.

Intimem-se.

Publique-se nos termos do artigo 140 do RICNJ.

Brasília, data registrada no sistema.

**Maria Tereza Uille Gomes**

Conselheira

### ANEXO I

(Levantamento Corregedoria Geral da Justiça e Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia)

Análise matrículas de João Alfredo dos Santos por Amostragem	
Informações parte 1	Id 3862604
Informações parte 2	Id 3862605
Informações parte 3	Id 3862606
Informações parte 4	Id 3862607
Informações parte 5	Id 3862608
Informações parte 6	Id 3862609
Informações parte 7	Id 3862610
Informações parte 8	Id 3862611
Informações parte 9	Id 3862612

### ANEXO II

Indicadores

(Prevenção de irregularidades)

1. Como se deu a abertura da matrícula, por decisão administrativa ou decisão judicial?
2. Existem notas devolutivas quando à decisão judicial não especifica áreas, ou mesmo não qualifica as partes de forma objetiva, a fim atender o quanto dispõe o art. 225 da Lei 6.015?
3. Os títulos levados a registro, provenientes de inventário, são oriundos de qual época? E, quanto tempo depois eles foram levados a registro?
4. Existem títulos de propriedade levados a registro, por simples escritura de compra e venda, sem existir a linhagem das transmissões ou cadeia dominial, conforme exigências da Lei de Registro Público em vigor?
5. Havendo a abertura da matrícula, por ato administrativo, esta foi realizada com base em título hábil: a exemplo retificação de registro (e abertura de novas matrículas), conforme descrito no art. 213 e seguintes da Lei 6.015/73?
6. Foi encontrada irregularidade na matrícula, sem indicação do nome do proprietário, para que se identifique claramente a cadeia filiatória, nos termos do art. 176, § 1º, inciso II, da lei 6.015/73?
7. Foi observado pelo registrador, quando do ato das averbações, noticiar os dados essenciais do ato?
8. Os títulos que serviram de base para prática do ato permanecem na serventia em seu arquivo – art. 194 da Lei n. 6.015/73?
9. Havendo contrato de alienação fundiária, os elementos imprescindíveis do contrato constam do ato do registro, como valor da cédula, condições do crédito, etc?
10. Foram encontrados registros de parcelamento da área original, com apuração de aérea remanescente, plantas, levantamentos topográficos, descrição da área, a fim de emprestar a mínima segurança aos desmembramentos sucessivos da área original?
11. Pode-se afirmar que houve sobreposição de registros, multiplicando-se uma mesma matrícula referente a uma única área, gerando áreas maiores que a própria extensão territorial do município?
12. Pelos indicadores aqui suscitados, qual o papel das Corregedorias locais para combater a grilagem de terras, a extorsão dos posseiros ou proprietários, combater a corrupção no sistema de justiça (judicial e extrajudicial)? E, ao mesmo tempo, como deve ser pautado o diálogo com a Corregedoria Nacional de Justiça?
13. Quais seriam possíveis soluções para regularizar a situação encontrada nestas regiões?

[1]E outras com registros de escrituras dos inventários de Vicência Rabelo da Silva e Joel José da Silva.

[2]E outras com registros de escrituras dos inventários de Vicência Rabelo da Silva e Joel José da Silva.

[3]Cumprdec 0007396-96.2016.2.0.00.0000. Despacho Id 3839344. Solicitação de Mapa do histórico das matrículas nas áreas de Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto, que integram o território baiano do MATOPIBA, contendo o número matrícula, data da abertura, origem, valor e a respectiva área de terra (extrair diretamente da fonte primária - que são os livros dos cartórios).

[4]Art. 36. Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta.

§ 1º Na hipótese do caput, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.

§ 2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.

§ 3º Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor.

[5]Art. 36. Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta.

§ 1º Na hipótese do caput, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.

§ 2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.

§ 3º Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor.

## Corregedoria

### COMUNICADO Nº 18/2020

O Presidente da Comissão de Concurso para a Outorga de Delegações de Notas e Registro do Estado de Alagoas, designado por meio da Portaria Conjunta nº 02 de 09 de abril de 2019 do C. CNJ, no uso de suas atribuições, **DIVULGA** os cadernos e gabaritos da Prova Objetiva de Seleção, relativos à prova de remoção aplicada em 07/12/19, informando que o prazo de recurso contra o gabarito e o conteúdo das questões terá início a partir da publicação no Diário de Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Comunicado nº 17/2020.

**Desembargador MARCELO MARTINS BERTHE**

Presidente da Comissão de Concurso

### VERSÃO 1

#### Registros Públicos e Notarial (Direito Registral e Notarial)

**01.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

- (A) I – concessão de emancipação pelos pais;  
II – pacto antenupcial;  
III – renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.
- (B) I – pacto antenupcial;  
II – compromisso de compra e venda;  
III – constituição do direito de superfície.
- (C) I – contrato de constituição de renda;  
II – contrato de locação;  
III – pacto antenupcial.
- (D) I – constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;  
II – concessão de emancipação pelos pais;  
III – convenção de condomínio edifício.

**02.** Sobre o testamento público, é correto afirmar que

- (A) após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e às testemunhas a um só tempo; ou pelo próprio testador, se o quiser, na presença das testemunhas e do tabelião.
- (B) é irrevogável.
- (C) não precisa ser assinado pelo testador, bastando as assinaturas do tabelião e das testemunhas.
- (D) pode ser lavrado fora do Município para o qual o tabelião de notas recebeu a delegação.

**03.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Desde que presente ao ato representante do Ministério Público, a escritura pública, lavrada em notas do tabelião, é documento dotado de fé pública.
- (B) Por ser o Brasil um estado laico e multirreligioso, a lei veda que nas escrituras públicas haja referência ao nascimento de Jesus Cristo ao se inserir a data da lavratura.
- (C) Poderá ser lavrada escritura pública de emancipação de menor entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que compareça ao ato notarial o representante do Ministério Público.

(D) A lei permite que a escritura pública de compra e venda pode ser lavrada pelo tabelião de notas dispensando-se a descrição e caracterização do imóvel, desde que urbano, bastando consignar o número do registro ou matrícula no registro de imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões pertinentes.

**04.** Sobre a escritura pública de doação de imóvel, é correto afirmar que, segundo o Código Civil,

(A) poderá ser lavrada por tabelião de notas apenas se o donatário tiver algum vínculo de parentesco com o doador.

(B) não é possível ser lavrada por tabelião de notas se o donatário for nascituro.

(C) é possível a convenção da cláusula de reversão segundo a qual os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.

(D) caso a doação seja de ascendente para descendente, somente poderá ser lavrada pelo tabelião de notas se os doadores estipularem que o ato de liberalidade importará em adiantamento da parte da legítima.

**05.** De acordo com o Provimento nº 18/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa na qual constam apenas módulos operacionais da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC).

(A) I – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO);

II – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);

III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).

(B) I – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP);

II – Central de Remessa de Arquivos (CRA);

III – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO).

(C) I – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);

II – Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);

III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).

(D) I – Central de Remessa de Arquivos (CRA);

II – Central Nacional de Serviços Compartilhados do Protesto (GENPROT);

III – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP).

**06.** Assinale a alternativa na qual constam apenas competências dos tabeliães de notas.

(A) I – Reconhecer firmas.

II – Autenticar cópias.

III – Registrar as interdições.

(B) I – Lavrar escrituras e procurações públicas.

II – Reconhecer firmas.

III – Lavrar atas notariais.

(C) I – Inscrever os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

II – Lavrar atas notariais.

III – Formalizar juridicamente a vontade das partes.

(D) I – Lavrar atas notariais.

II – Registrar as emancipações.

III – Averbar as opções de nacionalidade.

**07.** Em conformidade com o disposto na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais não poderão ser expedidas certidões, a não ser a pedido das partes envolvidas no ato, ou por determinação judicial.

(B) Poderá o tabelião de notas indicar advogado para assistência jurídica às partes por ocasião da lavratura das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais, inventários e partilhas.

(C) Permite-se a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.

(D) Na escritura pública de separação e divórcio consensuais, os separandos ou divorciandos poderão ser representados por mandatários constituídos desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de 30 (trinta) dias.

**08.** Sobre o reconhecimento de firma, assinale a alternativa correta.

(A) O reconhecimento de firma por autenticidade somente poderá ser feito pelo tabelião em virtude de determinação judicial.

(B) O ato notarial de reconhecimento de firma poderá ser feito pelo tabelião de notas com data anterior à da efetiva prática do ato desde que requerido pelo interessado, sendo vedada a inserção de data futura.

(C) Ao reconhecer firma, o tabelião de notas também reconhece a legalidade e veracidade do conteúdo do próprio documento, convalidando-o nos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.

(D) É o ato notarial por meio do qual o tabelião certifica a autoria de determinada assinatura. Essa certificação pode ser feita ou por semelhança (verificação da coincidência gráfica entre a assinatura constante na ficha-padrão ou cartão de assinaturas existente no tabelionato com a existente no documento apresentado) ou por autenticidade, também conhecido por verdadeiro ou presencial (o interessado assina o documento na presença do tabelião de notas ou na do preposto).

**09.** Assinale a alternativa correta sobre a autenticação de cópias.

(A) De acordo com o Código Civil, a cópia fotográfica de documento autenticada pelo tabelião de notas valerá como prova de declaração de vontade, não se admitindo a impugnação da sua autenticidade, tendo em vista a fé pública notarial.

(B) De acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, o valor cobrado pela autenticação de documentos reprográficos deverá ser único para qualquer documento, independentemente do número de folhas.

(C) A autenticação notarial de uma cópia significa a atestação de que ela é reprodução fiel e idêntica de determinado documento original.

(D) Devido ao princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito, a lei veda expressamente que o tabelião de notas autentique cópias reprográficas de cheques e notas promissórias.

**10.** Caio faleceu sem deixar testamento e sem deixar cônjuge ou companheira(o). Deixou bens superiores a 1.000 (mil) salários mínimos. Fábio, pai de Caio, está vivo. Caio deixou os seguintes descendentes: o filho Túlio e os netos Octávio e Petrônio, todos maiores e capazes. Os netos são filhos de Tício, falecido antes de Caio. Os herdeiros não desejam ceder seus direitos hereditários para ninguém, nem total nem parcialmente. Ninguém deseja renunciar à herança.

Na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Caio, o tabelião de notas fará constar que o acervo hereditário será partilhado da seguinte forma:

(A) para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma terça parte ideal para cada um.

(B) para o pai Fábio e para o filho Túlio, na proporção de metade ideal para cada um.

(C) para o filho Túlio, que receberá a metade ideal; e para os netos Octávio e Petrônio, que receberão uma quarta parte ideal, cada um.

(D) para o pai Fábio, para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma quarta parte ideal para cada um.

**11.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em relação ao usufruto sobre bem imóvel, assinale a alternativa correta.

(A) Ocorrendo a morte do usufrutuário, os direitos reais de usufruto serão partilhados entre os herdeiros do “de cujus”.

(B) Constituído por escritura pública em favor de duas ou mais pessoas, poderá ser estipulado que, com a morte de uma delas, a parte ideal cabente ao usufrutuário falecido será acrescida à parte do(s) usufrutuário(s) sobrevivente(s).

(C) Somente se extingue pela renúncia do usufrutuário lavrada por escritura pública perante tabelião de notas.

(D) É um direito real de garantia.

**12.** Sobre o contrato de permuta, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é correto afirmar que

(A) no contrato de permuta de imóveis de valores iguais, o alienante não responde pela evicção, em nenhuma hipótese.

(B) cada um dos contratantes deverá pagar por metade as despesas com o instrumento da permuta, não se admitindo disposição em contrário.

- (C) é anulável a permuta de imóveis de valores desiguais entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- (D) o tabelião não poderá lavrar escritura de permuta de bem imóvel por bem móvel.
- 13.** Considerando a lavratura do assento de nascimento, analise as seguintes afirmativas e assinale a correta.
- (A) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (B) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 45 (quarenta e cinco) dias para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (C) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- (D) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 14.** Sobre a naturalidade do registrando a ser consignada no assento de nascimento, assinale a alternativa correta.
- (A) A naturalidade poderá ser do Município da residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional.
- (B) A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- (C) A opção para escolha da naturalidade caberá ao declarante no ato de registro do nascimento, podendo escolher qualquer município, desde que localizado na mesma Unidade Federativa.
- (D) Se não houver indicação de naturalidade, o oficial de registro deverá lançar o município de sua localização.
- 15.** No caso de ter a criança nascido morta, ou no de ter morrido na ocasião do parto, quanto ao procedimento do oficial de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no livro "C-Auxiliar", com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando-se o assento de nascimento.
- (B) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento.
- (C) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento, a critério do declarante.
- (D) Em caso de natimorto, facultado o direito de atribuição de nome, serão feitos, necessariamente no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais, os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e remissões recíprocas.
- 16.** Segundo o Provimento nº 63/2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito.
- (A) A averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverá ser feita em cumprimento de determinação judicial.
- (B) A averbação do número do CPF será considerada, para fins de cobrança de emolumentos, como averbação sem valor declarado.
- (C) A averbação do número do CPF será feita apenas nos assentos de nascimento.
- (D) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do provimento, poderá ser averbado o número de CPF, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.
- 17.** De acordo com os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa acima de 12 (doze) anos.
- (A) O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador independentemente de parecer favorável do Ministério Público.
- (B) Pela via administrativa, é permitida a inclusão de até 3 (três) ascendentes socioafetivos.

- (C) Será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento de nascimento.
- (D) Deverá ser feito necessariamente por instrumento público.
- 18.** De acordo com o Provimento nº 82/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação no registro de nascimento e no de casamento das alterações de patronímico dos genitores em decorrência de casamento, separação e divórcio.
- (A) O procedimento administrativo para alteração será processado pelo oficial do registro civil das pessoas naturais, mediante apresentação da certidão respectiva, e não depende de autorização judicial.
- (B) O procedimento administrativo para alteração dependerá de expressa autorização judicial.
- (C) Em nenhuma hipótese, será exigido o consentimento do filho para a averbação, bastando o requerimento dos genitores.
- (D) A averbação do acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho menor de idade somente poderá ser feita se este tiver sido registrado apenas com o nome da mãe.
- 19.** O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao
- (A) registro de casamento em iminente risco de vida.
- (B) registro de casamento religioso para efeitos civis.
- (C) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.
- (D) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.
- 20.** Assinale a alternativa correta sobre o processo de habilitação para o casamento.
- (A) É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento.
- (B) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um advogado.
- (C) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um notário.
- (D) O oficial de registro deverá silenciar-se quanto à escolha do regime de bens pelos nubentes, pois não é de seu dever intrometer-se nessa questão.
- 21.** Assinale a alternativa correta quanto ao nome civil da pessoa natural.
- (A) O oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeter o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.
- (B) Quando o declarante de nascimento não indicar o nome completo do registrando, o oficial suspenderá a lavratura do assento e assinalará prazo razoável para que ele retorne com o nome completo.
- (C) O interessado, no primeiro ano após ter atingido 21 (vinte e um) anos, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
- (D) No processamento do casamento, qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro, vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
- 22.** Sobre o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ou da união estável, considere as seguintes afirmações:
- I. Os genitores comparecem perante o oficial de registro, pessoalmente, ou por intermédio de procurador com poderes específicos, para efetuar o assento, do qual constará o nome dos genitores e dos respectivos avós.
- II. Apenas a mãe comparece perante o oficial de registro com declaração de reconhecimento ou anuência do pai à efetivação do registro.
- III. O reconhecimento do filho é irrevogável e poderá ser feito no registro de nascimento, não devendo constar o estado civil dos pais.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente I.
- (B) I, II e III.
- (C) Somente I e II.
- (D) Somente I e III.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal (registro tardio).

(A) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.

(B) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 (doze) anos de idade, o pedido deverá ser formulado ao Juiz Competente, por meio de advogado ou de Defensor Público, indicando 4 (quatro) testemunhas.

(C) As declarações de nascimento serão apresentadas ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado. Não tendo o interessado moradia ou residência fixa, será considerado competente o do local onde se encontrar.

(D) Se o registrando for menor de 12 (doze) anos de idade, o requerimento deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil, e serão 4 (quatro) as testemunhas.

**24.** No caso de erro na transposição dos elementos constantes de ordens e mandados judiciais, o oficial do registro civil das pessoas naturais retificará o registro, a averbação ou a anotação

(A) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja manifestação favorável do Ministério Público.

(B) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja autorização judicial, após parecer do Ministério Público.

(C) de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.

(D) caso não tenha decorrido mais de 1 (um) ano da lavratura do assento.

**25.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa na qual constam apenas os serviços mínimos que deverão ser prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pelos tabeliães de protesto.

(A) I – Escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica e os requisitos de autorização prévia impostos pelo órgão supervisor e os demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Concessão de empréstimos para que o devedor possa pagar o título.

(B) I – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Prestação de assessoria jurídica aos apresentantes.

(C) I – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

II – Protocolização das ações de execução em nome dos credores.

III – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

(D) I – Recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais.

II – Consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados.

III – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

**26.** De acordo com a Lei nº 10.931/2004, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a cédula de crédito bancário, assinale a alternativa correta.

(A) A cédula de crédito bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável.

(B) A cédula de crédito bancário não é passível de ser protestada.

(C) O protesto da cédula de crédito bancário é indispensável para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

(D) A cédula de crédito bancário não é transferível mediante endosso.

**27.** De acordo com o Provimento nº 30/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmativas sobre a recepção e o protesto de cheques:

I. É vedado o protesto de cheques devolvidos pelo banco sacado por motivo de furto, roubo ou extravio de folhas ou talonários, desde que não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval.

II. Quando o cheque for apresentado para protesto mais de 1 (um) ano após sua emissão, será obrigatória a comprovação, pelo apresentante, do endereço do emitente.

III. O cheque somente poderá ser protestado no lugar do pagamento, não se admitindo o protesto no local do domicílio do emitente.

Está(ão) correta(s) somente

(A) I e III.

(B) II e III.

(C) II.

(D) I e II.

**28.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta acerca das certidões de protesto.

(A) De protesto não cancelado poderá ser expedida certidão apenas a pedido do apresentante ou por ordem judicial.

(B) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas que abrangerão o período mínimo dos 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.

(C) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá expedir certidão de protesto que já tenha sido cancelado.

(D) O prazo para o tabelião de protesto expedir a certidão de protesto é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis.

**29.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

(A) No tabelionato de protesto, haverá 3 (três) livros para o registro do protesto, sendo 1 (um) para os protestos tirados por falta de pagamento, 1 (um) para os protestos tirados por falta de aceite e 1 (um) para os protestos tirados por falta de devolução.

(B) O protesto por falta de aceite somente poderá ser tirado após o vencimento da obrigação.

(C) São devidos emolumentos pela averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, a qual poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do tabelião.

(D) Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.

**30.** Assinale a afirmação correta sobre a competência registral em decorrência da aplicação do princípio da territorialidade.

(A) Os atos relativos a vias férreas constituem exceção, pois serão registrados no cartório de registro de imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.

(B) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.

(C) As escrituras de pactos antenupciais serão registradas no cartório do lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos.

(D) Quando um imóvel estiver localizado em comarcas ou circunscrições limítrofes, o registro será feito naquela onde o imóvel tiver maior área.

**31.** Sobreprenotação, é correto afirmar que

(A) no caso de prenotações sucessivas de títulos contraditórios e excludentes, relativos à transmissão, criar-se-á uma fila de precedência. Cessados os efeitos da prenotação, o título poderá retornar à fila, mas após os outros que nela já se encontravam no momento da cessação.

(B) havendo cindibilidade de título que instrumentalize vários negócios pactuados, de imóveis localizados na mesma circunscrição imobiliária, mediante requerimento formalizado pelo portador, no ato de sua apresentação, deverá ser feito 1 (um) lançamento no Livro de Protocolo para cada 1 (um) dos imóveis indicados no requerimento.

(C) apresentados dois traslados da escritura notarial de permuta, com o mesmo objeto, na mesma circunscrição, a critério do oficial registrador, poderão ser feitas prenotações sucessivas.

(D) a prenotação poderá ser prorrogada a requerimento do interessado por mais 30 (trinta) dias.

**32.** O Oficial de Registro de Imóveis, ao constatar a existência de matrículas para imóveis distintos, com uso do mesmo número de ordem, deverá

(A) complementar os números que foram repetidos, mediante aposição de letra do alfabeto, em sequência a cada número repetido (ex.: matrícula 1, matrícula 1-A, matrícula 1-B, matrícula 1-C etc.).

(B) manter a matrícula mais antiga com o mesmo número, encerrar as posteriores e abrir novas matrículas para os respectivos imóveis, observada a numeração sequencial atual, trasladando para estas os atos das matrículas encerradas.

(C) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça, com identificação expressa de cada uma dessas matrículas e do imóvel a que se refere, para a adoção das providências cabíveis.

(D) bloquear todas as matrículas e comunicar o fato ao Juiz Corregedor da Comarca, para a adoção das providências cabíveis.

**33.** Quanto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), é correto afirmar que

(A) as unidades do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal integram o SREI e ficam vinculadas ao ONR, exceto aquelas em que os respectivos titulares se opuserem a esse vínculo.

(B) o ONR será organizado como empresa pública.

(C) caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a função de agente regulador do ONR e zelar pelo cumprimento de seu estatuto.

(D) se destina a implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).

**34.** Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda de imóvel oriundo de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979), formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento autônomo, o oficial, examinando a documentação e constatando que não houve a expressa anuência do loteador, deverá

(A) expedir Nota de Devolução consignando exigência para que o interessado apresente anuência do loteador no mesmo documento, ou em documento apartado.

(B) expedir notificação ao loteador para que se manifeste sobre a cessão no prazo de 10 (dez) dias, interpretado o silêncio como concordância. Decorrido esse prazo e não havendo oposição, devidamente certificado o fato pelo oficial, praticará os atos que lhe competir para o registro da cessão.

(C) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, não havendo necessidade de dar-lhe ciência por escrito, visto que a cessão do compromisso de venda e compra celebrado com o loteador independe da anuência deste.

(D) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, cabendo ao oficial de registro dar-lhe ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.

**35.** A competência para registrar organizações religiosas é

(A) da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL).

(B) do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede da instituição.

(C) da Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seads).

(D) do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da instituição.

**36.** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Em relação ao enunciado, pode-se afirmar que

(A) os estatutos sociais das organizações religiosas não se submetem à qualificação registral por representar ingerência indevida do Estado em afronta à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos e suas liturgias.

(B) embora possam ser criadas livremente, seus estatutos sociais devem ser previamente aprovados pela organização religiosa hierarquicamente superior.

(C) o exercício das liberdades de autodeterminação das organizações religiosas deve obedecer à legalidade. Assim, é de rigor a qualificação registral de suas cláusulas estatutárias pelo oficial de registro competente.

(D) em decorrência de garantias constitucionais, as organizações religiosas não estão sujeitas à inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para terem existência legal.

**37.** Assinale a alternativa correta quanto à suscitação de dúvida relacionada com o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

(A) O oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.

(B) A suscitação de dúvida somente é facultada ao oficial do registro de imóveis.

(C) O oficial do registro deverá indeferir de plano o registro e devolver os documentos ao interessado.

(D) Não se permite suscitação de dúvida *ex officio* no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**38.** Assinale a alternativa correta para a constituição do condomínio de lotes.

(A) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de títulos e documentos e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.

(B) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de imóveis.

(C) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de títulos e documentos.

(D) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de civil de pessoa jurídica e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.

**39.** De acordo com o Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.

(A) Nele não poderá ser lançado como despesa o valor recolhido a título de imposto sobre serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.

(B) A receita será lançada no livro no dia do recebimento dos emolumentos, ainda que a prática do ato tenha ocorrido em outro dia.

(C) Deverá ser visado anualmente pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente.

(D) Os lançamentos relativos a receitas compreenderão todos os valores recebidos na serventia, inclusive os tributos recebidos a título de substituição tributária.

**40.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa na qual consta, dentre outros, os titulares de serviços notariais e de registro.

(A) Tabelião de notas; tabelião e oficiais de registro de contratos marítimos; oficiais de registro de imóveis.

(B) Oficial de registro civil das pessoas naturais e de interdição e tutelas; oficial da Junta Comercial; tabelião de notas.

(C) Tabelião de notas; oficial de registro de títulos e documentos; tradutor público juramentado.

(D) Tabelião de protesto; leiloeiro público; oficial de registro de imóveis.

**41.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros, dos seguintes requisitos:

(A) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;

II – capacidade civil;

III – comprovação de serviços prestados à Justiça Eleitoral em 3 (três) eleições.

(B) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;

II – doutorado ou mestrado reconhecidos ou revalidados em Direito;

III – nacionalidade brasileira.

(C) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;

II – especialização em Direito com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula;

III – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

(D) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;

II – nacionalidade brasileira;

III – capacidade civil.

**42.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, entre outras, às seguintes penas:

(A) perda da delegação e multa.

(B) expulsão e repreensão.

(C) advertência e demissão.

(D) suspensão por 180 (cento e oitenta) dias e repreensão.

**43.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, sobre os concursos de provas e títulos para outorga de delegações, é correto afirmar que

(A) serão realizados pelo Poder Judiciário e deverão contar com a participação, em todas as fases, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, de um notário e de um registrador.

(B) será aberto com a publicação do edital, dele constando os critérios de desempate.

(C) para o concurso de remoção serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de 1 (um) ano.

(D) para concurso de provimento, serão admitidos escreventes ou prepostos não bacharéis em Direito que trabalhem na atividade notarial e de registro por mais de 5 (cinco) anos.

**44.** Sobre o Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que

(A) os livros e atos eletrônicos do acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup), realizada em intervalos não superiores a 30 (trinta) dias, feita em mídia eletrônica, não havendo necessidade de ser arquivada na internet (backup em nuvem).

(B) para as serventias com arrecadação de até R\$ 100 mil, por semestre, não haverá necessidade de adoção de padrões mínimos de proteção da base de dados.

(C) os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança da informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, sendo que, dentre essas políticas, os notários e registradores deverão ter um plano de continuidade de negócios que preveja ocorrências nocivas ao regular funcionamento dos serviços.

(D) é permitida a adoção de livros e atos eletrônicos somente para as serventias com arrecadação de até R\$ 60 mil por semestre.

**45.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta.

(A) O assento do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, são gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres.

(B) Nas certidões expedidas gratuitamente, deverá constar que foram expedidas sem cobrança de emolumentos por ser o interessado pessoa pobre e sem condições de arcar com as despesas.

(C) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.

(D) O direito do notário e do registrador de exercer opção nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia está subordinado ao deferimento pela Corregedoria Nacional da Justiça.

#### **Direito Civil**

**46.** Com relação à capacidade civil, é correto afirmar:

(A) todo ser humano tem capacidade de direito ou de gozo.

- (B) todo ser humano tem capacidade de fato ou de exercício.
- (C) o ser humano adquire a capacidade civil a partir do registro civil do nascimento.
- (D) os menores de dezesseis anos não têm capacidade de direito ou de gozo.

**47.** Em uma escritura pública de compra e venda, houve a utilização de documentos falsos do vendedor por um fraudador. Nesse caso, o negócio jurídico em relação ao vendedor é

- (A) ineficaz.
- (B) nulo.
- (C) anulável.
- (D) inexistente.

**48.** “A” contratou “B” para cantar em sua festa de casamento. “B” não compareceu à comemoração do casamento na data estipulada. A hipótese é de:

- (A) inadimplemento relativo.
- (B) inadimplemento absoluto.
- (C) mora.
- (D) inadimplemento antecipado.

**49.** O engenheiro “A” planejou e executou a construção de um imóvel de propriedade de seu amigo “B” sem a cobrança de honorários profissionais. “B” efetuou a doação de um terreno em favor de “A” unicamente a título de recompensa pelos serviços de engenharia. Dois meses após a doação, “A” caluniou e injuriou gravemente “B”. Nessa situação, a doação

- (A) não poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (B) poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (C) não poderá ser revogada somente caso tenha havido a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- (D) não poderá ser revogada por ingratidão apenas se o donatário for ascendente do doador.

**50.** “A” exerce a atividade de caseiro em uma chácara rural mediante remuneração mensal e ordens do proprietário. Nesse caso,

- (A) “A” é titular da posse direta do imóvel.
- (B) “A” é titular da posse indireta do imóvel.
- (C) “A” exerce situação jurídica de detenção do imóvel.
- (D) “A” é titular da posse do imóvel.

**51.** “A” efetuou a venda com o recebimento do preço e a entrega do veículo “X” a “B”, o qual não efetuou o registro da compra e venda no Departamento de Trânsito. Nesse caso,

- (A) houve a transmissão da propriedade do veículo para “B”.
- (B) a transmissão da propriedade somente ocorrerá com o registro da venda na repartição de trânsito com efeito retroativo à data da entrega.
- (C) a transmissão da propriedade somente ocorrerá a partir do registro da venda na repartição de trânsito.
- (D) a transmissão da propriedade do veículo dependerá do registro do contrato de compra e venda no registro de títulos e documentos.

**52.** Com relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar:

- (A) a multipropriedade não pode ser instituída por testamento.
- (B) o multiproprietário não poderá ceder sua fração de tempo em comodato.

- (C) o período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias.
- (D) em nenhuma hipótese, haverá direito de preferência na alienação da fração de tempo na multipropriedade.

**53.** Havendo a suspensão da celebração do casamento em decorrência de um dos contraentes manifestar-se arrependido, o qual, uma hora depois, retratou sua declaração e requereu a continuação da celebração, é correto afirmar:

- (A) a autoridade celebrante deverá certificar-se da livre vontade do contraente e prosseguir com a cerimônia.
- (B) não será possível a continuidade da celebração no mesmo dia, devendo a autoridade celebrante designar nova data.
- (C) haverá o encerramento do ato, sem a celebração do casamento, competindo a realização de nova habilitação de casamento, ainda que a habilitação tenha eficácia.
- (D) somente será possível a celebração do casamento na mesma data, no caso de duas testemunhas atestarem a vontade inequívoca do contraente quanto à intenção de se casar.

**54.** Ocorrendo o reconhecimento de filho em testamento de modo incidental, a posterior revogação do testamento

- (A) revoga o reconhecimento do filho.
- (B) não afasta o reconhecimento do filho diante do caráter irrevogável do ato.
- (C) somente não revogará o reconhecimento de filiação se houver essa ressalva quando da revogação do testamento.
- (D) revoga o reconhecimento do filho ante a perda da eficácia do testamento.

**55.** Quanto ao direito de representação na sucessão, compete afirmar:

- (A) havendo renúncia à herança, os descendentes do renunciante podem substituí-lo por representação na sucessão a qual renunciou.
- (B) a representação ocorre apenas na linha reta descendente ou ascendente.
- (C) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.
- (D) o instituto da representação somente se aplica à sucessão legítima.

**56.** "A" efetuou um testamento público em 01.10.2012, quando não tinha filhos, dispondo da totalidade de seus bens; em 23.04.2017, houve o nascimento de "B", filho de "A". Nesse caso,

- (A) o testamento permanece eficaz.
- (B) o rompimento do testamento depende de manifestação de vontade expressa do testador.
- (C) há o rompimento do testamento independentemente da vontade do testador.
- (D) haverá a nulidade do testamento.

**57.** Representa a hipótese de nulidade dos negócios jurídicos previsto em nosso ordenamento jurídico:

- (A) simulação.
- (B) erro.
- (C) coação.
- (D) fraude contra credores.

**58.** No tocante ao dano moral, assinale a assertiva correta.

- (A) A capacidade econômica do ofendido não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.
- (B) A reparação por danos morais exige prova de que a imagem pública da autoridade identificada como coatora fora atingida.
- (C) A absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.
- (D) O dano estético insere-se na categoria de dano moral e é passível de indenização em separado.

**59.** Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,

- (A) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
- (B) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.
- (C) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.
- (D) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa.

**60.** "A" celebrou contrato de compra e venda do cavalo "X", devidamente individualizado, com "B", recebendo o preço e avançada a entrega do animal para o dia 22.07.2019. No dia anterior à entrega, houve uma inundação, inevitável e imprevisível, a qual redundou na morte do cavalo "X". Nessa situa o,

- (A) o comprador e o vendedor dividirão o prejuízo decorrente da morte do animal.
- (B) como o gênero não perece, o vendedor deverá entregar outro animal.
- (C) o vendedor suportará o prejuízo do valor do animal.
- (D) o prejuízo decorrente da morte do animal será suportado pelo comprador.

#### Direito Processual Civil

**61.** Assinale a alternativa correta.

- (A)   vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- (B) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante a apresenta o de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declara o expressa do juiz ou de demonstra o de urgência.
- (C) Não   admissível a oposi o de embargos de terceiro fundados em alega o de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis sem registro.
- (D) Segundo o Código de Processo Civil, uma das hipóteses em que se considera autêntico o documento juntado aos autos do processo judicial   aquela em que o tabelião reconheceu a firma do signatário por autenticidade, mas não por semelhança.

**62.** Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil.

- (A) Para presun o absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averba o do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresenta o da cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.
- (B) Não integram as responsabilidades expressamente dispostas no Código de Processo Civil buscar tratamento e apoio apropriados   conquista da autonomia pelo interdito.
- (C) O tutor ou curador poderá eximir-se do encargo apresentando escusa no registro civil no prazo de cinco dias contados do dia que sobrevier o respectivo motivo, no caso de isso se dar depois de entrar em exercício.
- (D) Uma vez inscrita a sentença de interdi o no registro de pessoas naturais,   nomeado o curador provisório.

**63.** O saneamento do processo pelo magistrado constitui

- (A) requisito obrigatório da audiência de concilia o, que demanda a fixa o de pontos controvertidos.
- (B) decisão interlocutória que, se admitir ou inadmitir a interven o de terceiros, desafia recurso de agravo de instrumento.
- (C) julgamento antecipado da lide.
- (D) prola o de despacho ordinatório não sujeito a recurso.

**64.** De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (não 12.016/2009), nessa espécie de a o

- (A) as custas judiciais deverão ser cobradas até o limite de 50% da alíquota devida nas demais a oes judiciais.
- (B) não são devidas custas judiciais nem honorários sucumbenciais pelo vencido.

- (C) não são devidas custas judiciais, mas são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (D) não são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.

#### Direito Penal

**65.** A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura

- (A) crime de favorecimento pessoal.
- (B) crime de sonegação de documento.
- (C) crime de falsidade ideológica.
- (D) crime de falsidade material.

**66.** No tocante ao concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) se entende por partícipe aquele que pratica a conduta descrita no verbo núcleo do tipo penal.
- (B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas para este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (C) a participação de menor importância conduz à exclusão da culpabilidade.
- (D) se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, responderá por este, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.

#### Direito Processual Penal

**67.** Em relação à prova documental no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, podem ser utilizadas em Juízo.
- (B) Quando contestada a sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.
- (C) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, sempre devem ser traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.
- (D) Somente a pedido das partes o juiz poderá providenciar a juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.

#### Direito Tributário

**68.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

- (A) As alíquotas do imposto são de 4% (quatro por cento) nas transmissões causa mortis e de 2% (dois por cento) nas transmissões por doação.
- (B) O tabelião de notas não é responsável pela regularidade do recolhimento do imposto.
- (C) Não incide sobre a doação de imóvel feita com encargo ou ônus.
- (D) Não incide sobre a doação de imóvel feita em adiantamento da legítima.

**69.** Em face do conceito previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional, não se caracteriza como tributo:

- (A) o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (B) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.
- (C) a contribuição de melhoria cobrada em razão da valorização imobiliária decorrente da execução de obra pública.
- (D) a multa pelo pagamento fora do prazo do Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

- 70.** O vínculo que une os sujeitos ativo e passivo em face de uma obrigação pecuniária quantificada por base de cálculo e alíquota é
- (A) a capacidade tributária ativa.
  - (B) o fato gerador do tributo.
  - (C) a relação jurídica tributária.
  - (D) a incidência tributária vinculada.
- 71.** Em conformidade com a Constituição Federal, com relação ao Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete aos Municípios.
  - (B) No caso de o de cujus ter seu inventário processado no exterior, a competência para a sua instituição deve ser regulada por lei complementar.
  - (C) Incide sobre bens de qualquer natureza, inclusive móveis; neste último caso, desde que haja contrato por escrito.
  - (D) Terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- 72.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar que
- (A) não incide sobre a transmissão de imóveis fora da área urbana do Município.
  - (B) segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquota progressiva em razão do valor venal do imóvel.
  - (C) incide também sobre a transmissão não onerosa.
  - (D) segundo o Supremo Tribunal Federal, incide sobre o valor do imóvel ao tempo da transmissão da propriedade.
- 73.** Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, não viola a isonomia e o livre acesso à justiça a lei que, concedendo parcelamento, não permite a inclusão de débitos cujo depósito integral foi efetuado em juízo.
  - (B) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a confissão irretratável do débito feita pelo contribuinte para adesão a parcelamento alcança os fundamentos jurídicos de eventual inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo.
  - (C) salvo a disposição expressa de lei, exclui a incidência de multa.
  - (D) se efetuado após o ajuizamento de execução fiscal, é causa de sua extinção.

### Direito Empresarial

- 74.** Segundo o Código Civil, no tocante às sociedades cooperativas, é correto afirmar:
- (A) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade até o prazo de um ano da assembleia.
  - (B) o capital social é variável, podendo inclusive ser dispensado.
  - (C) na omissão do estatuto social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.
  - (D) os seus sócios respondem pelas dívidas da sociedade até o limite de cinquenta por cento das retiradas individuais do ano anterior.
- 75.** Considere as seguintes afirmações sobre as debêntures e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- (A) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures na incorporação ou fusão.
  - (B) Podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.
  - (C) São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.
  - (D) Conferem direitos especiais ao portador, como eleição em separado para cargo de administradores ou direito de veto para determinadas matérias.

**76.** Josefina Souza, engenheira da computação, atua como desenvolvedora de software, sem o concurso de auxiliares ou colaboradores, e presta serviços para grandes empresas de tecnologia. Por exigência das contratantes, realizou seu registro como empresária na Junta Comercial do Estado, ocasião em que declarou que sua profissão intelectual constitui elemento de empresa, bem como providenciou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Assinale a alternativa correta sobre a situação de Josefina Souza.

- (A) Não pode ser considerada empresária, porque exerce profissão intelectual.
- (B) Deve ser considerada empresária, por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (C) Não pode ser considerada empresária porque presta serviço sem o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- (D) Deve ser considerada empresária, porque possui inscrição no CNPJ e, portanto, é pessoa jurídica.

**77.** Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- (A) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.
- (B) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.
- (C) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.
- (D) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.

**78.** De acordo com a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar ser causa para a decretação da falência:

- (A) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por quantia líquida que ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (B) a prática de atos de falência, mesmo que façam parte de plano de recuperação judicial.
- (C) a falta de pagamento, ainda que com relevante razão de direito, no vencimento, de obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (D) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por qualquer quantia líquida.

**79.** As sociedades empresárias podem ser

- (A) de capital e indústria.
- (B) anônimas ou cooperativas.
- (C) personificadas ou não personificadas.
- (D) simples ou limitadas.

#### Direito Constitucional

**80.** Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- (A) O Poder Constituinte Originário é limitado e condicionado.
- (B) O objetivo fundamental do Poder Constituinte Derivado é o de criar o novo Estado.
- (C) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado e não autônomo.
- (D) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração das novas Constituições dos Estados-membros.

**81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

- (B) Oficial das Forças Armadas.
- (C) Senador da República.
- (D) Juiz de Direito.

**82.** Para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal,

- (A) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 120 dias.
- (B) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 5 anos.
- (C) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.
- (D) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 2 anos.

**83.** Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- (A) habeas corpus coletivo.
- (B) mandado de injunção.
- (C) mandado de segurança individual.
- (D) habeas data.

**84.** Assinale a alternativa que reflete o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.

(A) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, por mera manifestação de vontade, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial quanto pela via administrativa.

(B) A Constituição assegura aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma Comarca o direito de assumir, na mesma comarca e no caso de vacância, a titularidade dos Ofícios de Notas, Protestos, Registro de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.

(C) Deve ser gratuita toda expedição de certidão de registro civil de nascimento.

(D) Por ser a atividade de registro civil análoga à empresarial, não é possível à lei isentar os reconhecidamente pobres do pagamento de certidão de óbito sem esbarrar em inconstitucionalidade.

**85.** Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

(A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.

(B) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.

(C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.

(D) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.

**86.** Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

(A) é assegurado a todos o acesso à informação, desde que indicada a fonte pelo jornalista.

(B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que as entidades profissionais estabelecerem em regulamento.

(C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.

(D) é plena a liberdade de associação para todos os fins.

**87.** São brasileiros natos

(A) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- (B) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- (C) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (D) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

**88.** Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados

- (A) os potenciais de energia hidráulica.
- (B) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- (C) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (D) todas as terras devolutas.

**89.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Competente.
- (B) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- (C) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- (D) A lei não regulará as atividades, mas disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

#### Direito Administrativo

**90.** Considerada a Organização Administrativa do Estado e a distribuição de atribuições entre a Administração Direta e a Administração Indireta, é correto afirmar que

- (A) a distribuição de competências entre os órgãos da Administração Direta é definida pela descentralização.
- (B) enquanto a hierarquia e o controle se apresentam como características da Administração Direta, a descentralização e a desconcentração informam a Administração Indireta.
- (C) a Administração Direta é regrada por hierarquia e desconcentração, enquanto a Administração Indireta orienta-se por controle e descentralização.
- (D) a Administração Indireta tem como principal atributo a organização hierárquica e a desconcentração dos órgãos que a integram.

**91.** Assinale, dentre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Indireta listadas, a que se apresenta com maior grau de regime jurídico administrativo e mais distante do regime privado.

- (A) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Sociedade de Economia Mista.
- (D) Autarquia.

**92.** Considerados os elementos do ato administrativo, a motivação, ou seja, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato, integra o conceito de

- (A) forma.
- (B) objeto.
- (C) motivo.

(D) finalidade.

**93.** Para os atos que apresentarem defeitos sanáveis, por decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 indica como solução a

(A) anulação.

(B) revogação.

(C) convalidação.

(D) trestinação.

**94.** A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, assegurada prévia e justa indenização em dinheiro, prevista no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal,

(A) constitui sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana.

(B) pode ter por objeto imóvel que cumpre a função social da propriedade.

(C) trata do confisco de imóvel utilizado para o cultivo de plantas psicotrópicas.

(D) caracteriza sanção pelo descumprimento à função social da propriedade rural.

**95.** Segundo o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça,

(A) compete à Corregedoria Nacional de Justiça, além de outras atribuições, delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Magistrados Auxiliares ou a servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas de competência da Corregedoria.

(B) a função de Corregedor Nacional de Justiça será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(C) os atos de natureza normativa que poderão ser expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça são somente os provimentos e as resoluções.

(D) a sindicância é o procedimento investigativo sumário, levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, destinado a apurar irregularidades atribuídas somente a magistrados.

**96.** Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Mesmo que o ato administrativo seja anulado, por vício de ilegalidade, subsistem os direitos gerados no período que antecede sua invalidação.

(B) A anulação de ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário.

(C) A presunção de veracidade, por ser absoluta, não pode ser elidida por outras provas.

(D) A presunção de veracidade significa que todo ato editado pela Administração Pública é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo.

**97.** A Lei de Improbidade Administrativa elenca atos praticados por qualquer agente público e as respectivas sanções, sendo correto afirmar:

(A) a conduta culposa do agente público, que ocasione prejuízo ao erário, não dá ensejo à responsabilização por improbidade administrativa.

(B) pessoa Jurídica de Direito Público, mesmo que interessada, não tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.

(C) àquele que concorra para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie, mesmo não sendo agente público, são aplicadas as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

(D) em nenhuma hipótese, poderá o sucessor ser alcançado por sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, por ser tratarem de penalidades personalíssimas.

**98.** No que tange aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Em atos praticados por particulares, no exercício da função administrativa, verifica-se o atributo da imperatividade.
- (B) Quando dotado de autoexecutoriedade, não pode o ato administrativo ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.
- (C) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos.
- (D) A imperatividade nem sempre é atributo do ato administrativo.

99. Segundo o regramento do processo administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, em prol da celeridade processual.
- (B) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
- (C) O Processo Administrativo não pode ser iniciado de ofício, em virtude do princípio da inércia.
- (D) A Administração Pública pode se recusar a receber documentos, quando reputá-los ilegais, sem obrigação de motivar a decisão de recusa.

### Conhecimentos Gerais

100. A Amazônia Legal brasileira compõe-se dos seguintes estados:

- (A) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte do Estado de Minas Gerais.
- (B) Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e de parte do estado do Maranhão.
- (C) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte de Iquitos.
- (D) Amazonas, Roraima, Amapá e Arquipélago de Fernando de Noronha.

07.12.2019

### REMOÇÃO

### PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

#### Versão 1

1 - A	2 - A	3 - D	4 - C	5 - A	6 - B	7 - D	8 - D	9 - C	10 - C
11 - B	12 - C	13 - A	14 - B	15 - A	16 - D	17 - C	18 - A	19 - B	20 - A
21 - D	22 - B	23 - C	24 - C	25 - D	26 - A	27 - D	28 - B	29 - D	30 - B
31 - A	32 - C	33 - D	34 - D	35 - B	36 - C	37 - A	38 - B	39 - C	40 - A
41 - D	42 - A	43 - B	44 - C	45 - C	46 - A	47 - D	48 - B	49 - A	50 - C
51 - A	52 - C	53 - B	54 - B	55 - D	56 - C	57 - A	58 - D	59 - A	60 - C
61 - B	62 - A	63 - B	64 - D	65 - C	66 - B	67 - B	68 - A	69 - D	70 - C
71 - B	72 - D	73 - A	74 - B	75 - C	76 - B	77 - A	78 - D	79 - C	80 - D
81 - B	82 - C	83 - B	84 - A	85 - D	86 - C	87 - A	88 - B	89 - B	90 - C
91 - D	92 - A	93 - C	94 - B	95 - A	96 - D	97 - C	98 - A	99 - B	100 - B

#### VERSÃO 2

**Registros Públicos e Notarial (Direito Registral e Notarial)**

**01.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

- (A) I – contrato de constituição de renda;  
II – contrato de locação;  
III – pacto antenupcial.
- (B) I – constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;  
II – concessão de emancipação pelos pais;  
III – convenção de condomínio edifício.
- (C) I – concessão de emancipação pelos pais;  
II – pacto antenupcial;  
III – renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.
- (D) I – pacto antenupcial;  
II – compromisso de compra e venda;  
III – constituição do direito de superfície.

**02.** Sobre o testamento público, é correto afirmar que

- (A) pode ser lavrado fora do Município para o qual o tabelião de notas recebeu a delegação.
- (B) não precisa ser assinado pelo testador, bastando as assinaturas do tabelião e das testemunhas.
- (C) é irrevogável.
- (D) após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e às testemunhas a um só tempo; ou pelo próprio testador, se o quiser, na presença das testemunhas e do tabelião.

**03.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Por ser o Brasil um estado laico e multirreligioso, a lei veda que nas escrituras públicas haja referência ao nascimento de Jesus Cristo ao se inserir a data da lavratura.
- (B) Desde que presente ao ato representante do Ministério Público, a escritura pública, lavrada em notas do tabelião, é documento dotado de fé pública.
- (C) A lei permite que a escritura pública de compra e venda pode ser lavrada pelo tabelião de notas dispensando-se a descrição e caracterização do imóvel, desde que urbano, bastando consignar o número do registro ou matrícula no registro de imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões pertinentes.
- (D) Poderá ser lavrada escritura pública de emancipação de menor entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que compareça ao ato notarial o representante do Ministério Público.

**04.** Sobre a escritura pública de doação de imóvel, é correto afirmar que, segundo o Código Civil,

- (A) é possível a convenção da cláusula de reversão segundo a qual os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.
- (B) caso a doação seja de ascendente para descendente, somente poderá ser lavrada pelo tabelião de notas se os doadores estipularem que o ato de liberalidade importará em adiantamento da parte da legítima.
- (C) poderá ser lavrada por tabelião de notas apenas se o donatário tiver algum vínculo de parentesco com o doador.
- (D) não é possível ser lavrada por tabelião de notas se o donatário for nascituro.

**05.** De acordo com o Provimento nº 18/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa na qual constam apenas módulos operacionais da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC).

- (A) I – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);

- II – Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);
- III – Central de Escrituras e Procuраções (CEP).
- (B) I – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO);
- II – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);
- III – Central de Escrituras e Procuраções (CEP).
- (C) I – Central de Remessa de Arquivos (CRA);
- II – Central Nacional de Serviços Compartilhados do Protesto (GENPROT);
- III – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP).
- (D) I – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP);
- II – Central de Remessa de Arquivos (CRA);
- III – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO).

**06.** Assinale a alternativa na qual constam apenas competências dos tabeliões de notas.

- (A) I – Inscrever os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- II – Lavrar atas notariais.
- III – Formalizar juridicamente a vontade das partes.
- (B) I – Lavrar atas notariais.
- II – Registrar as emancipações.
- III – Averbar as opções de nacionalidade.
- (C) I – Reconhecer firmas.
- II – Autenticar cópias.
- III – Registrar as interdições.
- (D) I – Lavrar escrituras e procuраções públicas.
- II – Reconhecer firmas.
- III – Lavrar atas notariais.

**07.** Em conformidade com o disposto na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá o tabelião de notas indicar advogado para assistência jurídica às partes por ocasião da lavratura das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais, inventários e partilhas.
- (B) Das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais não poderão ser expedidas certidões, a não ser a pedido das partes envolvidas no ato, ou por determinação judicial.
- (C) Na escritura pública de separação e divórcio consensuais, os separandos ou divorciandos poderão ser representados por mandatários constituídos desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de 30 (trinta) dias.
- (D) Permite-se a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.

**08.** Sobre o reconhecimento de firma, assinale a alternativa correta.

- (A) É o ato notarial por meio do qual o tabelião certifica a autoria de determinada assinatura. Essa certificação pode ser feita ou por semelhança (verificação da coincidência gráfica entre a assinatura constante na ficha-padrão ou cartão de assinaturas existente no tabelionato com a existente no documento apresentado) ou por autenticidade, também conhecido por verdadeiro ou presencial (o interessado assina o documento na presença do tabelião de notas ou na do preposto).
- (B) O reconhecimento de firma por autenticidade somente poderá ser feito pelo tabelião em virtude de determinação judicial.
- (C) O ato notarial de reconhecimento de firma poderá ser feito pelo tabelião de notas com data anterior à da efetiva prática do ato desde que requerido pelo interessado, sendo vedada a inserção de data futura.
- (D) Ao reconhecer firma, o tabelião de notas também reconhece a legalidade e veracidade do conteúdo do próprio documento, convalidando-o nos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.

**09.** Assinale a alternativa correta sobre a autenticação de cópias.

- (A) De acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, o valor cobrado pela autenticação de documentos reprográficos deverá ser único para qualquer documento, independentemente do número de folhas.
- (B) A autenticação notarial de uma cópia significa a atestação de que ela é reprodução fiel e idêntica de determinado documento original.
- (C) Devido ao princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito, a lei veda expressamente que o tabelião de notas autentique cópias reprográficas de cheques e notas promissórias.
- (D) De acordo com o Código Civil, a cópia fotográfica de documento autenticada pelo tabelião de notas valerá como prova de declaração de vontade, não se admitindo a impugnação da sua autenticidade, tendo em vista a fé pública notarial.

**10.** Caio faleceu sem deixar testamento e sem deixar cônjuge ou companheira(o). Deixou bens superiores a 1.000 (mil) salários mínimos. Fábio, pai de Caio, está vivo. Caio deixou os seguintes descendentes: o filho Túlio e os netos Octávio e Petrônio, todos maiores e capazes. Os netos são filhos de Tício, falecido antes de Caio. Os herdeiros não desejam ceder seus direitos hereditários para ninguém, nem total nem parcialmente. Ninguém deseja renunciar à herança.

Na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Caio, o tabelião de notas fará constar que o acervo hereditário será partilhado da seguinte forma:

- (A) para o pai Fábio e para o filho Túlio, na proporção de metade ideal para cada um.
- (B) para o filho Túlio, que receberá a metade ideal; e para os netos Octávio e Petrônio, que receberão uma quarta parte ideal, cada um.
- (C) para o pai Fábio, para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma quarta parte ideal para cada um.
- (D) para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma terça parte ideal para cada um.

**11.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em relação ao usufruto sobre bem imóvel, assinale a alternativa correta.

- (A) É um direito real de garantia.
- (B) Somente se extingue pela renúncia do usufrutuário lavrada por escritura pública perante tabelião de notas.
- (C) Constituído por escritura pública em favor de duas ou mais pessoas, poderá ser estipulado que, com a morte de uma delas, a parte ideal cabente ao usufrutuário falecido será acrescida à parte do(s) usufrutuário(s) sobrevivente(s).
- (D) Ocorrendo a morte do usufrutuário, os direitos reais de usufruto serão partilhados entre os herdeiros do "de cujus".

**12.** Sobre o contrato de permuta, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é correto afirmar que

- (A) cada um dos contratantes deverá pagar por metade as despesas com o instrumento da permuta, não se admitindo disposição em contrário.
- (B) no contrato de permuta de imóveis de valores iguais, o alienante não responde pela evicção, em nenhuma hipótese.
- (C) o tabelião não poderá lavrar escritura de permuta de bem imóvel por bem móvel.
- (D) é anulável a permuta de imóveis de valores desiguais entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.

**13.** Considerando a lavratura do assento de nascimento, analise as seguintes afirmativas e assinale a correta.

- (A) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- (C) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 45 (quarenta e cinco) dias para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (D) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.

**14.** Sobre a naturalidade do registrando a ser consignada no assento de nascimento, assinale a alternativa correta.

- (A) A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- (B) A naturalidade poderá ser do Município da residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional.
- (C) Se não houver indicação de naturalidade, o oficial de registro deverá lançar o município de sua localização.
- (D) A opção para escolha da naturalidade caberá ao declarante no ato de registro do nascimento, podendo escolher qualquer município, desde que localizado na mesma Unidade Federativa.

**15.** No caso de ter a criança nascido morta, ou no de ter morrido na ocasião do parto, quanto ao procedimento do oficial de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento, a critério do declarante.
- (B) Em caso de natimorto, facultado o direito de atribuição de nome, serão feitos, necessariamente no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais, os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e remissões recíprocas.
- (C) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no livro "C-Auxiliar", com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando-se o assento de nascimento.
- (D) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento.

**16.** Segundo o Provimento nº 63/2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito.

- (A) A averbação do número do CPF será considerada, para fins de cobrança de emolumentos, como averbação sem valor declarado.
- (B) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do provimento, poderá ser averbado o número de CPF, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.
- (C) A averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverá ser feita em cumprimento de determinação judicial.
- (D) A averbação do número do CPF será feita apenas nos assentos de nascimento.

**17.** De acordo com os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa acima de 12 (doze) anos.

- (A) Pela via administrativa, é permitida a inclusão de até 3 (três) ascendentes socioafetivos.
- (B) Deverá ser feito necessariamente por instrumento público.
- (C) Será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento de nascimento.
- (D) O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador independentemente de parecer favorável do Ministério Público.

**18.** De acordo com o Provimento nº 82/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação no registro de nascimento e no de casamento das alterações de patronímico dos genitores em decorrência de casamento, separação e divórcio.

- (A) O procedimento administrativo para alteração dependerá de expressa autorização judicial.
- (B) O procedimento administrativo para alteração será processado pelo oficial do registro civil das pessoas naturais, mediante apresentação da certidão respectiva, e não depende de autorização judicial.
- (C) A averbação do acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho menor de idade somente poderá ser feita se este tiver sido registrado apenas com o nome da mãe.
- (D) Em nenhuma hipótese, será exigido o consentimento do filho para a averbação, bastando o requerimento dos genitores.

**19.** O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao

- (A) registro de casamento religioso para efeitos civis.
- (B) registro de casamento em iminente risco de vida.
- (C) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.
- (D) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.

**20.** Assinale a alternativa correta sobre o processo de habilitação para o casamento.

- (A) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um advogado.
- (B) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um notário.
- (C) O oficial de registro deverá silenciar-se quanto à escolha do regime de bens pelos nubentes, pois não é de seu dever intrometer-se nessa questão.
- (D) É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento.

**21.** Assinale a alternativa correta quanto ao nome civil da pessoa natural.

- (A) Quando o declarante de nascimento não indicar o nome completo do registrando, o oficial suspenderá a lavratura do assento e assinalará prazo razoável para que ele retorne com o nome completo.
- (B) O oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeter o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.
- (C) No processamento do casamento, qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro, vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
- (D) O interessado, no primeiro ano após ter atingido 21 (vinte e um) anos, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

**22.** Sobre o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ou da união estável, considere as seguintes afirmações:

- I. Os genitores comparecem perante o oficial de registro, pessoalmente, ou por intermédio de procurador com poderes específicos, para efetuar o assento, do qual constará o nome dos genitores e dos respectivos avós.
- II. Apenas a mãe comparece perante o oficial de registro com declaração de reconhecimento ou anuência do pai à efetivação do registro.
- III. O reconhecimento do filho é irrevogável e poderá ser feito no registro de nascimento, não devendo constar o estado civil dos pais.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente I e III.
- (B) Somente I e II.
- (C) Somente I.
- (D) I, II e III.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal (registro tardio).

- (A) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 (doze) anos de idade, o pedido deverá ser formulado ao Juiz Competente, por meio de advogado ou de Defensor Público, indicando 4 (quatro) testemunhas.
- (B) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.
- (C) Se o registrando for menor de 12 (doze) anos de idade, o requerimento deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil, e serão 4 (quatro) as testemunhas.

(D) As declarações de nascimento serão apresentadas ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado. Não tendo o interessado moradia ou residência fixa, será considerado competente o do local onde se encontrar.

**24.** No caso de erro na transposição dos elementos constantes de ordens e mandados judiciais, o oficial do registro civil das pessoas naturais retificará o registro, a averbação ou a anotação

(A) de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.

(B) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja manifestação favorável do Ministério Público.

(C) caso não tenha decorrido mais de 1 (um) ano da lavratura do assento.

(D) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja autorização judicial, após parecer do Ministério Público.

**25.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa na qual constam apenas os serviços mínimos que deverão ser prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pelos tabeliães de protesto.

(A) I – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Prestação de assessoria jurídica aos apresentantes.

(B) I – Recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais.

II – Consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados.

III – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

(C) I – Escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica e os requisitos de autorização prévia impostos pelo órgão supervisor e os demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Concessão de empréstimos para que o devedor possa pagar o título.

(D) I – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

II – Protocolização das ações de execução em nome dos credores.

III – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

**26.** De acordo com a Lei nº 10.931/2004, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a cédula de crédito bancário, assinale a alternativa correta.

(A) A cédula de crédito bancário não é passível de ser protestada.

(B) O protesto da cédula de crédito bancário é indispensável para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

(C) A cédula de crédito bancário não é transferível mediante endosso.

(D) A cédula de crédito bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável.

**27.** De acordo com o Provimento nº 30/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmativas sobre a recepção e o protesto de cheques:

I. É vedado o protesto de cheques devolvidos pelo banco sacado por motivo de furto, roubo ou extravio de folhas ou talonários, desde que não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval.

II. Quando o cheque for apresentado para protesto mais de 1 (um) ano após sua emissão, será obrigatória a comprovação, pelo apresentante, do endereço do emitente.

III. O cheque somente poderá ser protestado no lugar do pagamento, não se admitindo o protesto no local do domicílio do emitente.

Está(ão) correta(s) somente

(A) I e II.

- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.

**28.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta acerca das certidões de protesto.

- (A) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá expedir certidão de protesto que já tenha sido cancelado.
- (B) O prazo para o tabelião de protesto expedir a certidão de protesto é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis.
- (C) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas que abrangerão o período mínimo dos 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
- (D) De protesto não cancelado poderá ser expedida certidão apenas a pedido do apresentante ou por ordem judicial.

**29.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- (B) No tabelionato de protesto, haverá 3 (três) livros para o registro do protesto, sendo 1 (um) para os protestos tirados por falta de pagamento, 1 (um) para os protestos tirados por falta de aceite e 1 (um) para os protestos tirados por falta de devolução.
- (C) O protesto por falta de aceite somente poderá ser tirado após o vencimento da obrigação.
- (D) São devidos emolumentos pela averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, a qual poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do tabelião.

**30.** Assinale a afirmação correta sobre a competência registral em decorrência da aplicação do princípio da territorialidade.

- (A) As escrituras de pactos antenupciais serão registradas no cartório do lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos.
- (B) Os atos relativos a vias férreas constituem exceção, pois serão registrados no cartório de registro de imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
- (C) Quando um imóvel estiver localizado em comarcas ou circunscrições limítrofes, o registro será feito naquela onde o imóvel tiver maior área.
- (D) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.

**31.** Sobreprenotação, é correto afirmar que

- (A) havendo cindibilidade de título que instrumentalize vários negócios pactuados, de imóveis localizados na mesma circunscrição imobiliária, mediante requerimento formalizado pelo portador, no ato de sua apresentação, deverá ser feito 1 (um) lançamento no Livro de Protocolo para cada 1 (um) dos imóveis indicados no requerimento.
- (B) no caso de prenotações sucessivas de títulos contraditórios e excludentes, relativos à transmissão, criar-se-á uma fila de precedência. Cessados os efeitos da prenotação, o título poderá retornar à fila, mas após os outros que nela já se encontravam no momento da cessação.
- (C) a prenotação poderá ser prorrogada a requerimento do interessado por mais 30 (trinta) dias.
- (D) apresentados dois traslados da escritura notarial de permuta, com o mesmo objeto, na mesma circunscrição, a critério do oficial registrador, poderão ser feitas prenotações sucessivas.

**32.** O Oficial de Registro de Imóveis, ao constatar a existência de matrículas para imóveis distintos, com uso do mesmo número de ordem, deverá

- (A) manter a matrícula mais antiga com o mesmo número, encerrar as posteriores e abrir novas matrículas para os respectivos imóveis, observada a numeração sequencial atual, trasladando para estas os atos das matrículas encerradas.
- (B) complementar os números que foram repetidos, mediante aposição de letra do alfabeto, em sequência a cada número repetido (ex.: matrícula 1, matrícula 1-A, matrícula 1-B, matrícula 1-C etc.).
- (C) bloquear todas as matrículas e comunicar o fato ao Juiz Corregedor da Comarca, para a adoção das providências cabíveis.
- (D) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça, com identificação expressa de cada uma dessas matrículas e do imóvel a que se refere, para a adoção das providências cabíveis.

**33.** Quanto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), é correto afirmar que

- (A) se destina a implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).
- (B) as unidades do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal integram o SREI e ficam vinculadas ao ONR, exceto aquelas em que os respectivos titulares se opuserem a esse vínculo.
- (C) o ONR será organizado como empresa pública.
- (D) caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a função de agente regulador do ONR e zelar pelo cumprimento de seu estatuto.

**34.** Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda de imóvel oriundo de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979), formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento autônomo, o oficial, examinando a documentação e constatando que não houve a expressa anuência do loteador, deverá

- (A) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, não havendo necessidade de dar-lhe ciência por escrito, visto que a cessão do compromisso de venda e compra celebrado com o loteador independe da anuência deste.
- (B) expedir Nota de Devolução consignando exigência para que o interessado apresente anuência do loteador no mesmo documento, ou em documento apartado.
- (C) expedir notificação ao loteador para que se manifeste sobre a cessão no prazo de 10 (dez) dias, interpretado o silêncio como concordância. Decorrido esse prazo e não havendo oposição, devidamente certificado o fato pelo oficial, praticará os atos que lhe competir para o registro da cessão.
- (D) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, cabendo ao oficial de registro dar-lhe ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.

**35.** A competência para registrar organizações religiosas é

- (A) da Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seads).
- (B) do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da instituição.
- (C) do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede da instituição.
- (D) da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL).

**36.** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Em relação ao enunciado, pode-se afirmar que

- (A) embora possam ser criadas livremente, seus estatutos sociais devem ser previamente aprovados pela organização religiosa hierarquicamente superior.
- (B) o exercício das liberdades de autodeterminação das organizações religiosas deve obedecer à legalidade. Assim, é de rigor a qualificação registral de suas cláusulas estatutárias pelo oficial de registro competente.
- (C) em decorrência de garantias constitucionais, as organizações religiosas não estão sujeitas à inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para terem existência legal.
- (D) os estatutos sociais das organizações religiosas não se submetem à qualificação registral por representar ingerência indevida do Estado em afronta à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos e suas liturgias.

**37.** Assinale a alternativa correta quanto à suscitação de dúvida relacionada com o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

- (A) O oficial do registro deverá indeferir de plano o registro e devolver os documentos ao interessado.
- (B) O oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.
- (C) Não se permite suscitação de dúvida *ex officio* no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (D) A suscitação de dúvida somente é facultada ao oficial do registro de imóveis.

**38.** Assinale a alternativa correta para a constituição do condomínio de lotes.

- (A) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de civil de pessoa jurídica e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
- (B) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de títulos e documentos e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
- (C) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de imóveis.
- (D) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de títulos e documentos.

**39.** De acordo com o Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.

- (A) A receita será lançada no livro no dia do recebimento dos emolumentos, ainda que a prática do ato tenha ocorrido em outro dia.
- (B) Nele não poderá ser lançado como despesa o valor recolhido a título de imposto sobre serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.
- (C) Os lançamentos relativos a receitas compreenderão todos os valores recebidos na serventia, inclusive os tributos recebidos a título de substituição tributária.
- (D) Deverá ser visado anualmente pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente.

**40.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa na qual consta, dentre outros, os titulares de serviços notariais e de registro.

- (A) Tabelião de protesto; leiloeiro público; oficial de registro de imóveis.
- (B) Tabelião de notas; oficial de registro de títulos e documentos; tradutor público juramentado.
- (C) Oficial de registro civil das pessoas naturais e de interdição e tutelas; oficial da Junta Comercial; tabelião de notas.
- (D) Tabelião de notas; tabelião e oficiais de registro de contratos marítimos; oficiais de registro de imóveis.

**41.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros, dos seguintes requisitos:

- (A) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – nacionalidade brasileira;  
III – capacidade civil.
- (B) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – capacidade civil;  
III – comprovação de serviços prestados à Justiça Eleitoral em 3 (três) eleições.
- (C) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – doutorado ou mestrado reconhecidos ou revalidados em Direito;  
III – nacionalidade brasileira.
- (D) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – especialização em Direito com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula;  
III – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

**42.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, entre outras, às seguintes penas:

- (A) suspensão por 180 (cento e oitenta) dias e repreensão.
- (B) perda da delegação e multa.
- (C) expulsão e repreensão.

(D) advertência e demissão.

**43.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, sobre os concursos de provas e títulos para outorga de delegações, é correto afirmar que

(A) para o concurso de remoção serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de 1 (um) ano.

(B) para concurso de provimento, serão admitidos escreventes ou prepostos não bacharéis em Direito que trabalhem na atividade notarial e de registro por mais de 5 (cinco) anos.

(C) será aberto com a publicação do edital, dele constando os critérios de desempate.

(D) serão realizados pelo Poder Judiciário e deverão contar com a participação, em todas as fases, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, de um notário e de um registrador.

**44.** Sobre o Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que

(A) os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança da informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, sendo que, dentre essas políticas, os notários e registradores deverão ter um plano de continuidade de negócios que preveja ocorrências nocivas ao regular funcionamento dos serviços.

(B) os livros e atos eletrônicos do acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup), realizada em intervalos não superiores a 30 (trinta) dias, feita em mídia eletrônica, não havendo necessidade de ser arquivada na internet (backup em nuvem).

(C) é permitida a adoção de livros e atos eletrônicos somente para as serventias com arrecadação de até R\$ 60 mil por semestre.

(D) para as serventias com arrecadação de até R\$ 100 mil, por semestre, não haverá necessidade de adoção de padrões mínimos de proteção da base de dados.

**45.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta.

(A) Nas certidões expedidas gratuitamente, deverá constar que foram expedidas sem cobrança de emolumentos por ser o interessado pessoa pobre e sem condições de arcar com as despesas.

(B) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.

(C) O direito do notário e do registrador de exercer opção nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia está subordinado ao deferimento pela Corregedoria Nacional de Justiça.

(D) O assento do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, são gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres.

#### Direito Civil

**46.** Com relação à capacidade civil, é correto afirmar:

(A) todo ser humano tem capacidade de fato ou de exercício.

(B) o ser humano adquire a capacidade civil a partir do registro civil do nascimento.

(C) os menores de dezesseis anos não têm capacidade de direito ou de gozo.

(D) todo ser humano tem capacidade de direito ou de gozo.

**47.** Em uma escritura pública de compra e venda, houve a utilização de documentos falsos do vendedor por um fraudador. Nesse caso, o negócio jurídico em relação ao vendedor é

(A) nulo.

(B) ineficaz.

(C) inexistente.

(D) anulável.

- 48.** “A” contratou “B” para cantar em sua festa de casamento. “B” não compareceu à comemoração do casamento na data estipulada. A hipótese é de:
- (A) mora.
  - (B) inadimplemento antecipado.
  - (C) inadimplemento absoluto.
  - (D) inadimplemento relativo.
- 49.** O engenheiro “A” planejou e executou a construção de um imóvel de propriedade de seu amigo “B” sem a cobrança de honorários profissionais. “B” efetuou a doação de um terreno em favor de “A” unicamente a título de recompensa pelos serviços de engenharia. Dois meses após a doação, “A” caluniou e injuriou gravemente “B”. Nessa situação, a doação
- (A) poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
  - (B) não poderá ser revogada somente caso tenha havido a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
  - (C) não poderá ser revogada por ingratidão apenas se o donatário for ascendente do doador.
  - (D) não poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- 50.** “A” exerce a atividade de caseiro em uma chácara rural mediante remuneração mensal e ordens do proprietário. Nesse caso,
- (A) “A” exerce situação jurídica de detenção do imóvel.
  - (B) “A” é titular da posse direta do imóvel.
  - (C) “A” é titular da posse do imóvel.
  - (D) “A” é titular da posse indireta do imóvel.
- 51.** “A” efetuou a venda com o recebimento do preço e a entrega do veículo “X” a “B”, o qual não efetuou o registro da compra e venda no Departamento de Trânsito. Nesse caso,
- (A) a transmissão da propriedade somente ocorrerá com o registro da venda na repartição de trânsito com efeito retroativo à data da entrega.
  - (B) a transmissão da propriedade somente ocorrerá a partir do registro da venda na repartição de trânsito.
  - (C) a transmissão da propriedade do veículo dependerá do registro do contrato de compra e venda no registro de títulos e documentos.
  - (D) houve a transmissão da propriedade do veículo para “B”.
- 52.** Com relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar:
- (A) o multiproprietário não poderá ceder sua fração de tempo em comodato.
  - (B) o período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias.
  - (C) em nenhuma hipótese, haverá direito de preferência na alienação da fração de tempo na multipropriedade.
  - (D) a multipropriedade não pode ser instituída por testamento.
- 53.** Havendo a suspensão da celebração do casamento em decorrência de um dos contraentes manifestar-se arrependido, o qual, uma hora depois, retratou sua declaração e requereu a continuação da celebração, é correto afirmar:
- (A) haverá o encerramento do ato, sem a celebração do casamento, competindo a realização de nova habilitação de casamento, ainda que a habilitação tenha eficácia.
  - (B) somente será possível a celebração do casamento na mesma data, no caso de duas testemunhas atestarem a vontade inequívoca do contraente quanto à intenção de se casar.
  - (C) não será possível a continuidade da celebração no mesmo dia, devendo a autoridade celebrante designar nova data.
  - (D) a autoridade celebrante deverá certificar-se da livre vontade do contraente e prosseguir com a cerimônia.

- 54.** Ocorrendo o reconhecimento de filho em testamento de modo incidental, a posterior revogação do testamento
- (A) somente não revogará o reconhecimento de filiação se houver essa ressalva quando da revogação do testamento.
  - (B) revoga o reconhecimento do filho ante a perda da eficácia do testamento.
  - (C) revoga o reconhecimento do filho.
  - (D) não afasta o reconhecimento do filho diante do caráter irrevogável do ato.
- 55.** Quanto ao direito de representação na sucessão, compete afirmar:
- (A) o instituto da representação somente se aplica à sucessão legítima.
  - (B) havendo renúncia à herança, os descendentes do renunciante podem substituí-lo por representação na sucessão a qual renunciou.
  - (C) a representação ocorre apenas na linha reta descendente ou ascendente.
  - (D) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.
- 56.** “A” efetuou um testamento público em 01.10.2012, quando não tinha filhos, dispondo da totalidade de seus bens; em 23.04.2017, houve o nascimento de “B”, filho de “A”. Nesse caso,
- (A) o rompimento do testamento depende de manifestação de vontade expressa do testador.
  - (B) há o rompimento do testamento independentemente da vontade do testador.
  - (C) haverá a nulidade do testamento.
  - (D) o testamento permanece eficaz.
- 57.** Representa a hipótese de nulidade dos negócios jurídicos previsto em nosso ordenamento jurídico:
- (A) erro.
  - (B) simulação.
  - (C) fraude contra credores.
  - (D) coação.
- 58.** No tocante ao dano moral, assinale a assertiva correta.
- (A) A reparação por danos morais exige prova de que a imagem pública da autoridade identificada como coatora fora atingida.
  - (B) A capacidade econômica do ofendido não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.
  - (C) O dano estético insere-se na categoria de dano moral e é passível de indenização em separado.
  - (D) A absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.
- 59.** Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,
- (A) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.
  - (B) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.
  - (C) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa.
  - (D) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
- 60.** “A” celebrou contrato de compra e venda do cavalo “X”, devidamente individualizado, com “B”, recebendo o preço e avançada a entrega do animal para o dia 22.07.2019. No dia anterior à entrega, houve uma inundação, inevitável e imprevisível, a qual redundou na morte do cavalo “X”. Nessa situação,

- (A) o vendedor suportará o prejuízo do valor do animal.
- (B) o prejuízo decorrente da morte do animal será suportado pelo comprador.
- (C) o comprador e o vendedor dividirão o prejuízo decorrente da morte do animal.
- (D) como o gênero não perece, o vendedor deverá entregar outro animal.

### Direito Processual Civil

**61.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis sem registro.
- (B) É vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- (C) Segundo o Código de Processo Civil, uma das hipóteses em que se considera autêntico o documento juntado aos autos do processo judicial é aquela em que o tabelião reconheceu a firma do signatário por autenticidade, mas não por semelhança.
- (D) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

**62.** Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil.

- (A) Uma vez inscrita a sentença de interdição no registro de pessoas naturais, é nomeado o curador provisório.
- (B) O tutor ou curador poderá eximir-se do encargo apresentando escusa no registro civil no prazo de cinco dias contados do dia que sobrevier o respectivo motivo, no caso de isso se dar depois de entrar em exercício.
- (C) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação da cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.
- (D) Não integram as responsabilidades expressamente dispostas no Código de Processo Civil buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interdito.

**63.** O saneamento do processo pelo magistrado constitui

- (A) julgamento antecipado da lide.
- (B) prolação de despacho ordinatório não sujeito a recurso.
- (C) decisão interlocutória que, se admitir ou inadmitir a intervenção de terceiros, desafia recurso de agravo de instrumento.
- (D) requisito obrigatório da audiência de conciliação, que demanda a fixação de pontos controvertidos.

**64.** De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (nº 12.016/2009), nessa espécie de ação

- (A) não são devidas custas judiciais nem honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (B) não são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (C) as custas judiciais deverão ser cobradas até o limite de 50% da alíquota devida nas demais ações judiciais.
- (D) não são devidas custas judiciais, mas são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.

### Direito Penal

**65.** A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura

- (A) crime de falsidade material.
- (B) crime de falsidade ideológica.
- (C) crime de sonegação de documento.

(D) crime de favorecimento pessoal.

**66.** No tocante ao concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) a participação de menor importância conduz à exclusão da culpabilidade.  
(B) se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, responderá por este, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.  
(C) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas para este cominadas, na medida de sua culpabilidade.  
(D) se entende por partícipe aquele que pratica a conduta descrita no verbo núcleo do tipo penal.

#### Direito Processual Penal

**67.** Em relação à prova documental no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando contestada a sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.  
(B) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, podem ser utilizadas em Juízo.  
(C) Somente a pedido das partes o juiz poderá providenciar a juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.  
(D) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, sempre devem ser traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

#### Direito Tributário

**68.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

- (A) O tabelião de notas não é responsável pela regularidade do recolhimento do imposto.  
(B) Não incide sobre a doação de imóvel feita com encargo ou ônus.  
(C) Não incide sobre a doação de imóvel feita em adiantamento da legítima.  
(D) As alíquotas do imposto são de 4% (quatro por cento) nas transmissões causa mortis e de 2% (dois por cento) nas transmissões por doação.

**69.** Em face do conceito previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional, não se caracteriza como tributo:

- (A) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.  
(B) a contribuição de melhoria cobrada em razão da valorização imobiliária decorrente da execução de obra pública.  
(C) a multa pelo pagamento fora do prazo do Imposto sobre serviços de qualquer natureza.  
(D) o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

**70.** O vínculo que une os sujeitos ativo e passivo em face de uma obrigação pecuniária quantificada por base de cálculo e alíquota é

- (A) a relação jurídica tributária.  
(B) a capacidade tributária ativa.  
(C) a incidência tributária vinculada.  
(D) o fato gerador do tributo.

**71.** Em conformidade com a Constituição Federal, com relação ao Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Incide sobre bens de qualquer natureza, inclusive móveis; neste último caso, desde que haja contrato por escrito.

- (B) Terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- (C) No caso de o de cujus ter seu inventário processado no exterior, a competência para a sua instituição deve ser regulada por lei complementar.
- (D) Compete aos Municípios.

**72.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar que

- (A) incide também sobre a transmissão não onerosa.
- (B) não incide sobre a transmissão de imóveis fora da área urbana do Município.
- (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, incide sobre o valor do imóvel ao tempo da transmissão da propriedade.
- (D) segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquota progressiva em razão do valor venal do imóvel.

**73.** Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a confissão irretratável do débito feita pelo contribuinte para adesão a parcelamento alcança os fundamentos jurídicos de eventual inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo.
- (B) segundo o Supremo Tribunal Federal, não viola a isonomia e o livre acesso à justiça a lei que, concedendo parcelamento, não permite a inclusão de débitos cujo depósito integral foi efetuado em juízo.
- (C) se efetuado após o ajuizamento de execução fiscal, é causa de sua extinção.
- (D) salvo a disposição expressa de lei, exclui a incidência de multa.

#### **Direito Empresarial**

**74.** Segundo o Código Civil, no tocante às sociedades cooperativas, é correto afirmar:

- (A) na omissão do estatuto social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.
- (B) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade até o prazo de um ano da assembleia.
- (C) os seus sócios respondem pelas dívidas da sociedade até o limite de cinquenta por cento das retiradas individuais do ano anterior.
- (D) o capital social é variável, podendo inclusive ser dispensado.

**75.** Considere as seguintes afirmações sobre as debêntures e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.
- (B) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures na incorporação ou fusão.
- (C) Conferem direitos especiais ao portador, como eleição em separado para cargo de administradores ou direito de veto para determinadas matérias.
- (D) Podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.

**76.** Josefina Souza, engenheira da computação, atua como desenvolvedora de software, sem o concurso de auxiliares ou colaboradores, e presta serviços para grandes empresas de tecnologia. Por exigência das contratantes, realizou seu registro como empresária na Junta Comercial do Estado, ocasião em que declarou que sua profissão intelectual constitui elemento de empresa, bem como providenciou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Assinale a alternativa correta sobre a situação de Josefina Souza.

- (A) Deve ser considerada empresária, por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (B) Deve ser considerada empresária, porque possui inscrição no CNPJ e, portanto, é pessoa jurídica.
- (C) Não pode ser considerada empresária, porque exerce profissão intelectual.
- (D) Não pode ser considerada empresária porque presta serviço sem o concurso de auxiliares ou colaboradores.

**77.** Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- (A) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.
- (B) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.
- (C) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.
- (D) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.

**78.** De acordo com a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar ser causa para a decretação da falência:

- (A) a prática de atos de falência, mesmo que façam parte de plano de recuperação judicial.
- (B) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por qualquer quantia líquida.
- (C) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por quantia líquida que ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (D) a falta de pagamento, ainda que com relevante razão de direito, no vencimento, de obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.

**79.** As sociedades empresárias podem ser

- (A) anônimas ou cooperativas.
- (B) personificadas ou não personificadas.
- (C) simples ou limitadas.
- (D) de capital e indústria.

#### **Direito Constitucional**

**80.** Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- (A) O objetivo fundamental do Poder Constituinte Derivado é o de criar o novo Estado.
- (B) O Poder Constituinte Originário é limitado e condicionado.
- (C) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração das novas Constituições dos Estados-membros.
- (D) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado e não autônomo.

**81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Senador da República.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Oficial das Forças Armadas.

**82.** Para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal,

- (A) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 5 anos.
- (B) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 120 dias.
- (C) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 2 anos.
- (D) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.

- 83.** Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á
- (A) mandado de segurança individual.
  - (B) habeas data.
  - (C) mandado de injunção.
  - (D) habeas corpus coletivo.
- 84.** Assinale a alternativa que reflete o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.
- (A) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, por mera manifestação de vontade, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial quanto pela via administrativa.
  - (B) Deve ser gratuita toda expedição de certidão de registro civil de nascimento.
  - (C) Por ser a atividade de registro civil análoga à empresarial, não é possível à lei isentar os reconhecidamente pobres do pagamento de certidão de óbito sem esbarrar em inconstitucionalidade.
  - (D) A Constituição assegura aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma Comarca o direito de assumir, na mesma comarca e no caso de vacância, a titularidade dos Ofícios de Notas, Protestos, Registro de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.
- 85.** Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que
- (A) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.
  - (B) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.
  - (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.
  - (D) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.
- 86.** Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.
  - (B) é assegurado a todos o acesso à informação, desde que indicada a fonte pelo jornalista.
  - (C) é plena a liberdade de associação para todos os fins.
  - (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que as entidades profissionais estabelecerem em regulamento.
- 87.** São brasileiros natos
- (A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
  - (B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
  - (C) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
  - (D) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- 88.** Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
  - (B) os potenciais de energia hidráulica.
  - (C) todas as terras devolutas.

(D) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.

**89.** Assinale a alternativa correta.

(A) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

(B) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Competente.

(C) A lei não regulará as atividades, mas disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

(D) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

### Direito Administrativo

**90.** Considerada a Organização Administrativa do Estado e a distribuição de atribuições entre a Administração Direta e a Administração Indireta, é correto afirmar que

(A) enquanto a hierarquia e o controle se apresentam como características da Administração Direta, a descentralização e a desconcentração informam a Administração Indireta.

(B) a Administração Indireta tem como principal atributo a organização hierárquica e a desconcentração dos órgãos que a integram.

(C) a Administração Direta é regrada por hierarquia e desconcentração, enquanto a Administração Indireta orienta-se por controle e descentralização.

(D) a distribuição de competências entre os órgãos da Administração Direta é definida pela descentralização.

**91.** Assinale, dentre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Indireta listadas, a que se apresenta com maior grau de regime jurídico administrativo e mais distante do regime privado.

(A) Sociedade de Economia Mista.

(B) Autarquia.

(C) Empresa Pública.

(D) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

**92.** Considerados os elementos do ato administrativo, a motivação, ou seja, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato, integra o conceito de

(A) objeto.

(B) forma.

(C) finalidade.

(D) motivo.

**93.** Para os atos que apresentarem defeitos sanáveis, por decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 indica como solução a

(A) revogação.

(B) anulação.

(C) trestinação.

(D) convalidação.

**94.** A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, assegurada prévia e justa indenização em dinheiro, prevista no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal,

- (A) pode ter por objeto imóvel que cumpre a função social da propriedade.
- (B) constitui sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana.
- (C) caracteriza sanção pelo descumprimento à função social da propriedade rural.
- (D) trata do confisco de imóvel utilizado para o cultivo de plantas psicotrópicas.

**95.** Segundo o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça,

(A) compete à Corregedoria Nacional de Justiça, além de outras atribuições, delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Magistrados Auxiliares ou a servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas de competência da Corregedoria.

(B) os atos de natureza normativa que poderão ser expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça são somente os provimentos e as resoluções.

(C) a sindicância é o procedimento investigativo sumário, levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, destinado a apurar irregularidades atribuídas somente a magistrados.

(D) a função de Corregedor Nacional de Justiça será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

**96.** Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A anulação de ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário.

(B) Mesmo que o ato administrativo seja anulado, por vício de ilegalidade, subsistem os direitos gerados no período que antecede sua invalidação.

(C) A presunção de veracidade significa que todo ato editado pela Administração Pública é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo.

(D) A presunção de veracidade, por ser absoluta, não pode ser elidida por outras provas.

**97.** A Lei de Improbidade Administrativa elenca atos praticados por qualquer agente público e as respectivas sanções, sendo correto afirmar:

(A) pessoa Jurídica de Direito Público, mesmo que interessada, não tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.

(B) a conduta culposa do agente público, que ocasione prejuízo ao erário, não dá ensejo à responsabilização por improbidade administrativa.

(C) em nenhuma hipótese, poderá o sucessor ser alcançado por sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, por ser tratarem de penalidades personalíssimas.

(D) àquele que concorra para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie, mesmo não sendo agente público, são aplicadas as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

**98.** No que tange aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

(A) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos.

(B) Em atos praticados por particulares, no exercício da função administrativa, verifica-se o atributo da imperatividade.

(C) A imperatividade nem sempre é atributo do ato administrativo.

(D) Quando dotado de autoexecutoriedade, não pode o ato administrativo ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.

**99.** Segundo o regramento do processo administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

(A) O Processo Administrativo não pode ser iniciado de ofício, em virtude do princípio da inércia.

(B) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, em prol da celeridade processual.

(C) A Administração Pública pode se recusar a receber documentos, quando reputá-los ilegais, sem obrigação de motivar a decisão de recusa.

(D) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos são legitimadas como interessadas no processo administrativo.

### Conhecimentos Gerais

100. A Amazônia Legal brasileira compõe-se dos seguintes estados:

- (A) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte de Iquitos.
- (B) Amazonas, Roraima, Amapá e Arquipélago de Fernando de Noronha.
- (C) Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e de parte do estado do Maranhão.
- (D) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte do Estado de Minas Gerais.

07.12.2019

### REMOÇÃO

#### PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

#### Versão 2

1 - C	2 - D	3 - C	4 - A	5 - B	6 - D	7 - C	8 - A	9 - B	10 - B
11 - C	12 - D	13 - D	14 - A	15 - C	16 - B	17 - C	18 - B	19 - A	20 - D
21 - C	22 - D	23 - D	24 - A	25 - B	26 - D	27 - A	28 - C	29 - A	30 - D
31 - B	32 - D	33 - A	34 - D	35 - C	36 - B	37 - B	38 - C	39 - D	40 - D
41 - A	42 - B	43 - C	44 - A	45 - B	46 - D	47 - C	48 - C	49 - D	50 - A
51 - D	52 - B	53 - C	54 - D	55 - A	56 - B	57 - B	58 - C	59 - D	60 - A
61 - D	62 - C	63 - C	64 - B	65 - B	66 - C	67 - A	68 - D	69 - C	70 - A
71 - C	72 - C	73 - B	74 - D	75 - A	76 - A	77 - A	78 - B	79 - B	80 - C
81 - D	82 - D	83 - C	84 - A	85 - B	86 - A	87 - C	88 - D	89 - A	90 - C
91 - B	92 - B	93 - D	94 - A	95 - A	96 - C	97 - D	98 - B	99 - D	100 - C

#### VERSÃO 3

#### REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL (DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL)

01. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

- (A) I – pacto antenupcial;  
II – compromisso de compra e venda;  
III – constituição do direito de superfície.
- (B) I – contrato de constituição de renda;  
II – contrato de locação;  
III – pacto antenupcial.

- (C) I – constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;  
II – concessão de emancipação pelos pais;  
III – convenção de condomínio edifício.
- (D) I – concessão de emancipação pelos pais;  
II – pacto antenupcial;  
III – renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.

**02.** Sobre o testamento público, é correto afirmar que

- (A) não precisa ser assinado pelo testador, bastando as assinaturas do tabelião e das testemunhas.  
(B) pode ser lavrado fora do Município para o qual o tabelião de notas recebeu a delegação.  
(C) após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e às testemunhas a um só tempo; ou pelo próprio testador, se o quiser, na presença das testemunhas e do tabelião.  
(D) é irrevogável.

**03.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei permite que a escritura pública de compra e venda pode ser lavrada pelo tabelião de notas dispensando-se a descrição e caracterização do imóvel, desde que urbano, bastando consignar o número do registro ou matrícula no registro de imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões pertinentes.  
(B) Poderá ser lavrada escritura pública de emancipação de menor entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que compareça ao ato notarial o representante do Ministério Público.  
(C) Por ser o Brasil um estado laico e multirreligioso, a lei veda que nas escrituras públicas haja referência ao nascimento de Jesus Cristo ao se inserir a data da lavratura.  
(D) Desde que presente ao ato representante do Ministério Público, a escritura pública, lavrada em notas do tabelião, é documento dotado de fé pública.

**04.** Sobre a escritura pública de doação de imóvel, é correto afirmar que, segundo o Código Civil,

- (A) caso a doação seja de ascendente para descendente, somente poderá ser lavrada pelo tabelião de notas se os doadores estipularem que o ato de liberalidade importará em adiantamento da parte da legítima.  
(B) é possível a convenção da cláusula de reversão segundo a qual os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.  
(C) não é possível ser lavrada por tabelião de notas se o donatário for nascituro.  
(D) poderá ser lavrada por tabelião de notas apenas se o donatário tiver algum vínculo de parentesco com o doador.

**05.** De acordo com o Provimento nº 18/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa na qual constam apenas módulos operacionais da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC).

- (A) I – Central de Remessa de Arquivos (CRA);  
II – Central Nacional de Serviços Compartilhados do Protesto (GENPROT);  
III – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP).
- (B) I – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);  
II – Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);  
III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).
- (C) I – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP);  
II – Central de Remessa de Arquivos (CRA);  
III – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO).
- (D) I – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO);  
II – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);  
III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).

**06.** Assinale a alternativa na qual constam apenas competências dos tabeliões de notas.

(A) I – Lavrar escrituras e procurações públicas.

II – Reconhecer firmas.

III – Lavrar atas notariais.

(B) I – Reconhecer firmas.

II – Autenticar cópias.

III – Registrar as interdições.

(C) I – Lavrar atas notariais.

II – Registrar as emancipações.

III – Averbar as opções de nacionalidade.

(D) I – Inscrever os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

II – Lavrar atas notariais.

III – Formalizar juridicamente a vontade das partes.

**07.** Em conformidade com o disposto na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Permite-se a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.

(B) Das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais não poderão ser expedidas certidões, a não ser a pedido das partes envolvidas no ato, ou por determinação judicial.

(C) Na escritura pública de separação e divórcio consensuais, os separandos ou divorciandos poderão ser representados por mandatários constituídos desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de 30 (trinta) dias.

(D) Poderá o tabelião de notas indicar advogado para assistência jurídica às partes por ocasião da lavratura das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais, inventários e partilhas.

**08.** Sobre o reconhecimento de firma, assinale a alternativa correta.

(A) Ao reconhecer firma, o tabelião de notas também reconhece a legalidade e veracidade do conteúdo do próprio documento, convalidando-o nos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.

(B) É o ato notarial por meio do qual o tabelião certifica a autoria de determinada assinatura. Essa certificação pode ser feita ou por semelhança (verificação da coincidência gráfica entre a assinatura constante na ficha-padrão ou cartão de assinaturas existente no tabelionato com a existente no documento apresentado) ou por autenticidade, também conhecido por verdadeiro ou presencial (o interessado assina o documento na presença do tabelião de notas ou na do preposto).

(C) O reconhecimento de firma por autenticidade somente poderá ser feito pelo tabelião em virtude de determinação judicial.

(D) O ato notarial de reconhecimento de firma poderá ser feito pelo tabelião de notas com data anterior à da efetiva prática do ato desde que requerido pelo interessado, sendo vedada a inserção de data futura.

**09.** Assinale a alternativa correta sobre a autenticação de cópias.

(A) Devido ao princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito, a lei veda expressamente que o tabelião de notas autentique cópias reprográficas de cheques e notas promissórias.

(B) De acordo com o Código Civil, a cópia fotográfica de documento autenticada pelo tabelião de notas valerá como prova de declaração de vontade, não se admitindo a impugnação da sua autenticidade, tendo em vista a fé pública notarial.

(C) De acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, o valor cobrado pela autenticação de documentos reprográficos deverá ser único para qualquer documento, independentemente do número de folhas.

(D) A autenticação notarial de uma cópia significa a atestação de que ela é reprodução fiel e idêntica de determinado documento original.

**10.** Caio faleceu sem deixar testamento e sem deixar cônjuge ou companheira(o). Deixou bens superiores a 1.000 (mil) salários mínimos. Fábio, pai de Caio, está vivo. Caio deixou os seguintes descendentes: o filho Túlio e os netos Octávio e Petrônio, todos maiores e capazes. Os netos são filhos de Tício, falecido antes de Caio. Os herdeiros não desejam ceder seus direitos hereditários para ninguém, nem total nem parcialmente. Ninguém deseja renunciar à herança.

Na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Caio, o tabelião de notas fará constar que o acervo hereditário será partilhado da seguinte forma:

- (A) para o filho Túlio, que receberá a metade ideal; e para os netos Octávio e Petrônio, que receberão uma quarta parte ideal, cada um.
- (B) para o pai Fábio, para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma quarta parte ideal para cada um.
- (C) para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma terça parte ideal para cada um.
- (D) para o pai Fábio e para o filho Túlio, na proporção de metade ideal para cada um.

**11.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em relação ao usufruto sobre bem imóvel, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente se extingue pela renúncia do usufrutuário lavrada por escritura pública perante tabelião de notas.
- (B) É um direito real de garantia.
- (C) Ocorrendo a morte do usufrutuário, os direitos reais de usufruto serão partilhados entre os herdeiros do "de cujus".
- (D) Constituído por escritura pública em favor de duas ou mais pessoas, poderá ser estipulado que, com a morte de uma delas, a parte ideal cabente ao usufrutuário falecido será acrescida à parte do(s) usufrutuário(s) sobrevivente(s).

**12.** Sobre o contrato de permuta, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é correto afirmar que

- (A) o tabelião não poderá lavrar escritura de permuta de bem imóvel por bem móvel.
- (B) é anulável a permuta de imóveis de valores desiguais entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- (C) no contrato de permuta de imóveis de valores iguais, o alienante não responde pela evicção, em nenhuma hipótese.
- (D) cada um dos contratantes deverá pagar por metade as despesas com o instrumento da permuta, não se admitindo disposição em contrário.

**13.** Considerando a lavratura do assento de nascimento, analise as seguintes afirmativas e assinale a correta.

- (A) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 45 (quarenta e cinco) dias para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (B) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (C) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (D) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 90 (noventa) dias.

**14.** Sobre a naturalidade do registrando a ser consignada no assento de nascimento, assinale a alternativa correta.

- (A) A opção para escolha da naturalidade caberá ao declarante no ato de registro do nascimento, podendo escolher qualquer município, desde que localizado na mesma Unidade Federativa.
- (B) Se não houver indicação de naturalidade, o oficial de registro deverá lançar o município de sua localização.
- (C) A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- (D) A naturalidade poderá ser do Município da residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional.

**15.** No caso de ter a criança nascido morta, ou no de ter morrido na ocasião do parto, quanto ao procedimento do oficial de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento.

(B) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento, a critério do declarante.

(C) Em caso de natimorto, facultado o direito de atribuição de nome, serão feitos, necessariamente no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais, os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e remissões recíprocas.

(D) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no livro "C-Auxiliar", com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando-se o assento de nascimento.

**16.** Segundo o Provimento nº 63/2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito.

(A) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do provimento, poderá ser averbado o número de CPF, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.

(B) A averbação do número do CPF será feita apenas nos assentos de nascimento.

(C) A averbação do número do CPF será considerada, para fins de cobrança de emolumentos, como averbação sem valor declarado.

(D) A averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverá ser feita em cumprimento de determinação judicial.

**17.** De acordo com os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa acima de 12 (doze) anos.

(A) Deverá ser feito necessariamente por instrumento público.

(B) Será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento de nascimento.

(C) O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador independentemente de parecer favorável do Ministério Público.

(D) Pela via administrativa, é permitida a inclusão de até 3 (três) ascendentes socioafetivos.

**18.** De acordo com o Provimento nº 82/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação no registro de nascimento e no de casamento das alterações de patronímico dos genitores em decorrência de casamento, separação e divórcio.

(A) Em nenhuma hipótese, será exigido o consentimento do filho para a averbação, bastando o requerimento dos genitores.

(B) A averbação do acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho menor de idade somente poderá ser feita se este tiver sido registrado apenas com o nome da mãe.

(C) O procedimento administrativo para alteração dependerá de expressa autorização judicial.

(D) O procedimento administrativo para alteração será processado pelo oficial do registro civil das pessoas naturais, mediante apresentação da certidão respectiva, e não depende de autorização judicial.

**19.** O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao

(A) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.

(B) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.

(C) registro de casamento em iminente risco de vida.

(D) registro de casamento religioso para efeitos civis.

**20.** Assinale a alternativa correta sobre o processo de habilitação para o casamento.

(A) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um notário.

(B) O oficial de registro deverá silenciar-se quanto à escolha do regime de bens pelos nubentes, pois não é de seu dever intrometer-se nessa questão.

(C) É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento.

(D) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um advogado.

**21.** Assinale a alternativa correta quanto ao nome civil da pessoa natural.

(A) No processamento do casamento, qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.

(B) O interessado, no primeiro ano após ter atingido 21 (vinte e um) anos, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

(C) Quando o declarante de nascimento não indicar o nome completo do registrando, o oficial suspenderá a lavratura do assento e assinalará prazo razoável para que ele retorne com o nome completo.

(D) O oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeter o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.

**22.** Sobre o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ou da união estável, considere as seguintes afirmações:

I. Os genitores comparecem perante o oficial de registro, pessoalmente, ou por intermédio de procurador com poderes específicos, para efetuar o assento, do qual constará o nome dos genitores e dos respectivos avós.

II. Apenas a mãe comparece perante o oficial de registro com declaração de reconhecimento ou anuência do pai à efetivação do registro.

III. O reconhecimento do filho é irrevogável e poderá ser feito no registro de nascimento, não devendo constar o estado civil dos pais.

Está(ão) correta(s):

(A) Somente I e II.

(B) Somente I.

(C) Somente I e III.

(D) I, II e III.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal (registro tardio).

(A) As declarações de nascimento serão apresentadas ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado. Não tendo o interessado moradia ou residência fixa, será considerado competente o do local onde se encontrar.

(B) Se o registrando for menor de 12 (doze) anos de idade, o requerimento deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil, e serão 4 (quatro) as testemunhas.

(C) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 (doze) anos de idade, o pedido deverá ser formulado ao Juiz Competente, por meio de advogado ou de Defensor Público, indicando 4 (quatro) testemunhas.

(D) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.

**24.** No caso de erro na transposição dos elementos constantes de ordens e mandados judiciais, o oficial do registro civil das pessoas naturais retificará o registro, a averbação ou a anotação

(A) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja autorização judicial, após parecer do Ministério Público.

(B) caso não tenha decorrido mais de 1 (um) ano da lavratura do assento.

(C) de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.

(D) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja manifestação favorável do Ministério Público.

- 25.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa na qual constam apenas os serviços mínimos que deverão ser prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pelos tabeliães de protesto.
- (A) I – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.  
II – Protocolização das ações de execução em nome dos credores.  
III – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.
- (B) I – Recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais.  
II – Consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados.  
III – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.
- (C) I – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.  
II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.  
III – Prestação de assessoria jurídica aos apresentantes.
- (D) I – Escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica e os requisitos de autorização prévia impostos pelo órgão supervisor e os demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada.  
II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.  
III – Concessão de empréstimos para que o devedor possa pagar o título.
- 26.** De acordo com a Lei nº 10.931/2004, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a cédula de crédito bancário, assinale a alternativa correta.
- (A) A cédula de crédito bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável.
- (B) A cédula de crédito bancário não é transferível mediante endosso.
- (C) A cédula de crédito bancário não é passível de ser protestada.
- (D) O protesto da cédula de crédito bancário é indispensável para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.
- 27.** De acordo com o Provimento nº 30/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmativas sobre a recepção e o protesto de cheques:
- I. É vedado o protesto de cheques devolvidos pelo banco sacado por motivo de furto, roubo ou extravio de folhas ou talonários, desde que não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval.
- II. Quando o cheque for apresentado para protesto mais de 1 (um) ano após sua emissão, será obrigatória a comprovação, pelo apresentante, do endereço do emitente.
- III. O cheque somente poderá ser protestado no lugar do pagamento, não se admitindo o protesto no local do domicílio do emitente.
- Está(ão) correta(s) somente
- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- 28.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta acerca das certidões de protesto.
- (A) O prazo para o tabelião de protesto expedir a certidão de protesto é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis.
- (B) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá expedir certidão de protesto que já tenha sido cancelado.
- (C) De protesto não cancelado poderá ser expedida certidão apenas a pedido do apresentante ou por ordem judicial.
- (D) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas que abrangerão o período mínimo dos 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.

- 29.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.
- (A) O protesto por falta de aceite somente poderá ser tirado após o vencimento da obrigação.
- (B) São devidos emolumentos pela averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, a qual poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do tabelião.
- (C) Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- (D) No tabelionato de protesto, haverá 3 (três) livros para o registro do protesto, sendo 1 (um) para os protestos tirados por falta de pagamento, 1 (um) para os protestos tirados por falta de aceite e 1 (um) para os protestos tirados por falta de devolução.
- 30.** Assinale a afirmação correta sobre a competência registral em decorrência da aplicação do princípio da territorialidade.
- (A) Quando um imóvel estiver localizado em comarcas ou circunscrições limítrofes, o registro será feito naquela onde o imóvel tiver maior área.
- (B) As escrituras de pactos antenupciais serão registradas no cartório do lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos.
- (C) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.
- (D) Os atos relativos a vias férreas constituem exceção, pois serão registrados no cartório de registro de imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
- 31.** Sobreprenotação, é correto afirmar que
- (A) apresentados dois traslados da escritura notarial de permuta, com o mesmo objeto, na mesma circunscrição, a critério do oficial registrador, poderão ser feitas prenotações sucessivas.
- (B) a prenotação poderá ser prorrogada a requerimento do interessado por mais 30 (trinta) dias.
- (C) havendo cindibilidade de título que instrumentalize vários negócios pactuados, de imóveis localizados na mesma circunscrição imobiliária, mediante requerimento formalizado pelo portador, no ato de sua apresentação, deverá ser feito 1 (um) lançamento no Livro de Protocolo para cada 1 (um) dos imóveis indicados no requerimento.
- (D) no caso de prenotações sucessivas de títulos contraditórios e excludentes, relativos à transmissão, criar-se-á uma fila de precedência. Cessados os efeitos da prenotação, o título poderá retornar à fila, mas após os outros que nela já se encontravam no momento da cessação.
- 32.** O Oficial de Registro de Imóveis, ao constatar a existência de matrículas para imóveis distintos, com uso do mesmo número de ordem, deverá
- (A) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça, com identificação expressa de cada uma dessas matrículas e do imóvel a que se refere, para a adoção das providências cabíveis.
- (B) bloquear todas as matrículas e comunicar o fato ao Juiz Corregedor da Comarca, para a adoção das providências cabíveis.
- (C) complementar os números que foram repetidos, mediante aposição de letra do alfabeto, em sequência a cada número repetido (ex.: matrícula 1, matrícula 1-A, matrícula 1-B, matrícula 1-C etc.).
- (D) manter a matrícula mais antiga com o mesmo número, encerrar as posteriores e abrir novas matrículas para os respectivos imóveis, observada a numeração sequencial atual, trasladando para estas os atos das matrículas encerradas.
- 33.** Quanto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), é correto afirmar que
- (A) caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a função de agente regulador do ONR e zelar pelo cumprimento de seu estatuto.
- (B) se destina a implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).
- (C) as unidades do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal integram o SREI e ficam vinculadas ao ONR, exceto aquelas em que os respectivos titulares se opuserem a esse vínculo.
- (D) o ONR será organizado como empresa pública.
- 34.** Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda de imóvel oriundo de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979), formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento autônomo, o oficial, examinando a documentação e constatando que não houve a expressa anuência do loteador, deverá

- (A) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, cabendo ao oficial de registro dar-lhe ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.
- (B) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, não havendo necessidade de dar-lhe ciência por escrito, visto que a cessão do compromisso de venda e compra celebrado com o loteador independe da anuência deste.
- (C) expedir Nota de Devolução consignando exigência para que o interessado apresente anuência do loteador no mesmo documento, ou em documento apartado.
- (D) expedir notificação ao loteador para que se manifeste sobre a cessão no prazo de 10 (dez) dias, interpretado o silêncio como concordância. Decorrido esse prazo e não havendo oposição, devidamente certificado o fato pelo oficial, praticará os atos que lhe competir para o registro da cessão.

**35.** A competência para registrar organizações religiosas é

- (A) do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da instituição.
- (B) da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL).
- (C) do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede da instituição.
- (D) da Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seads).

**36.** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Em relação ao enunciado, pode-se afirmar que

- (A) em decorrência de garantias constitucionais, as organizações religiosas não estão sujeitas à inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para terem existência legal.
- (B) o exercício das liberdades de autodeterminação das organizações religiosas deve obedecer à legalidade. Assim, é de rigor a qualificação registral de suas cláusulas estatutárias pelo oficial de registro competente.
- (C) os estatutos sociais das organizações religiosas não se submetem à qualificação registral por representar ingerência indevida do Estado em afronta à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos e suas liturgias.
- (D) embora possam ser criadas livremente, seus estatutos sociais devem ser previamente aprovados pela organização religiosa hierarquicamente superior.

**37.** Assinale a alternativa correta quanto à suscitação de dúvida relacionada com o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

- (A) Não se permite suscitação de dúvida *ex officio* no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (B) O oficial do registro deverá indeferir de plano o registro e devolver os documentos ao interessado.
- (C) A suscitação de dúvida somente é facultada ao oficial do registro de imóveis.
- (D) O oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.

**38.** Assinale a alternativa correta para a constituição do condomínio de lotes.

- (A) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de imóveis.
- (B) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de títulos e documentos.
- (C) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de civil de pessoa jurídica e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
- (D) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de títulos e documentos e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.

**39.** De acordo com o Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.

- (A) Deverá ser visado anualmente pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente.
- (B) Os lançamentos relativos a receitas compreenderão todos os valores recebidos na serventia, inclusive os tributos recebidos a título de substituição tributária.
- (C) Nele não poderá ser lançado como despesa o valor recolhido a título de imposto sobre serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.
- (D) A receita será lançada no livro no dia do recebimento dos emolumentos, ainda que a prática do ato tenha ocorrido em outro dia.

**40.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa na qual consta, dentre outros, os titulares de serviços notariais e de registro.

- (A) Oficial de registro civil das pessoas naturais e de interdição e tutelas; oficial da Junta Comercial; tabelião de notas.
- (B) Tabelião de protesto; leiloeiro público; oficial de registro de imóveis.
- (C) Tabelião de notas; tabelião e oficiais de registro de contratos marítimos; oficiais de registro de imóveis.
- (D) Tabelião de notas; oficial de registro de títulos e documentos; tradutor público juramentado.

**41.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros, dos seguintes requisitos:

- (A) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – especialização em Direito com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula;  
III – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- (B) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – nacionalidade brasileira;  
III – capacidade civil.
- (C) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – capacidade civil;  
III – comprovação de serviços prestados à Justiça Eleitoral em 3 (três) eleições.
- (D) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – doutorado ou mestrado reconhecidos ou revalidados em Direito;  
III – nacionalidade brasileira.

**42.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, entre outras, às seguintes penas:

- (A) advertência e demissão.
- (B) suspensão por 180 (cento e oitenta) dias e repreensão.
- (C) perda da delegação e multa.
- (D) expulsão e repreensão.

**43.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, sobre os concursos de provas e títulos para outorga de delegações, é correto afirmar que

- (A) para concurso de provimento, serão admitidos escreventes ou prepostos não bacharéis em Direito que trabalhem na atividade notarial e de registro por mais de 5 (cinco) anos.
- (B) para o concurso de remoção serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de 1 (um) ano.
- (C) serão realizados pelo Poder Judiciário e deverão contar com a participação, em todas as fases, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, de um notário e de um registrador.
- (D) será aberto com a publicação do edital, dele constando os critérios de desempate.

**44.** Sobre o Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que

- (A) é permitida a adoção de livros e atos eletrônicos somente para as serventias com arrecadação de até R\$ 60 mil por semestre.
- (B) os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança da informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, sendo que, dentre essas políticas, os notários e registradores deverão ter um plano de continuidade de negócios que preveja ocorrências nocivas ao regular funcionamento dos serviços.
- (C) para as serventias com arrecadação de até R\$ 100 mil, por semestre, não haverá necessidade de adoção de padrões mínimos de proteção da base de dados.
- (D) os livros e atos eletrônicos do acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup), realizada em intervalos não superiores a 30 (trinta) dias, feita em mídia eletrônica, não havendo necessidade de ser arquivada na internet (backup em nuvem).

**45.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito do notário e do registrador de exercer opção nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia está subordinado ao deferimento pela Corregedoria Nacional da Justiça.
- (B) O assento do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, são gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres.
- (C) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.
- (D) Nas certidões expedidas gratuitamente, deverá constar que foram expedidas sem cobrança de emolumentos por ser o interessado pessoa pobre e sem condições de arcar com as despesas.

#### DIREITO CIVIL

**46.** Com relação à capacidade civil, é correto afirmar:

- (A) todo ser humano tem capacidade de direito ou de gozo.
- (B) os menores de dezesseis anos não têm capacidade de direito ou de gozo.
- (C) todo ser humano tem capacidade de fato ou de exercício.
- (D) o ser humano adquire a capacidade civil a partir do registro civil do nascimento.

**47.** Em uma escritura pública de compra e venda, houve a utilização de documentos falsos do vendedor por um fraudador. Nesse caso, o negócio jurídico em relação ao vendedor é

- (A) inexistente.
- (B) anulável.
- (C) nulo.
- (D) ineficaz.

**48.** “A” contratou “B” para cantar em sua festa de casamento. “B” não compareceu à comemoração do casamento na data estipulada. A hipótese é de:

- (A) inadimplemento antecipado.
- (B) mora.
- (C) inadimplemento relativo.
- (D) inadimplemento absoluto.

**49.** O engenheiro “A” planejou e executou a construção de um imóvel de propriedade de seu amigo “B” sem a cobrança de honorários profissionais. “B” efetuou a doação de um terreno em favor de “A” unicamente a título de recompensa pelos serviços de engenharia. Dois meses após a doação, “A” caluniou e injuriou gravemente “B”. Nessa situação, a doação

- (A) não poderá ser revogada por ingratidão apenas se o donatário for ascendente do doador.
- (B) não poderá ser revogada por ingratidão do donatário.

- (C) poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (D) não poderá ser revogada somente caso tenha havido a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- 50.** “A” exerce a atividade de caseiro em uma chácara rural mediante remuneração mensal e ordens do proprietário. Nesse caso,
- (A) “A” é titular da posse do imóvel.
- (B) “A” exerce situação jurídica de detenção do imóvel.
- (C) “A” é titular da posse indireta do imóvel.
- (D) “A” é titular da posse direta do imóvel.
- 51.** “A” efetuou a venda com o recebimento do preço e a entrega do veículo “X” a “B”, o qual não efetuou o registro da compra e venda no Departamento de Trânsito. Nesse caso,
- (A) a transmissão da propriedade somente ocorrerá a partir do registro da venda na repartição de trânsito.
- (B) a transmissão da propriedade do veículo dependerá do registro do contrato de compra e venda no registro de títulos e documentos.
- (C) houve a transmissão da propriedade do veículo para “B”.
- (D) a transmissão da propriedade somente ocorrerá com o registro da venda na repartição de trânsito com efeito retroativo à data da entrega.
- 52.** Com relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar:
- (A) em nenhuma hipótese, haverá direito de preferência na alienação da fração de tempo na multipropriedade.
- (B) a multipropriedade não pode ser instituída por testamento.
- (C) o multiproprietário não poderá ceder sua fração de tempo em comodato.
- (D) o período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias.
- 53.** Havendo a suspensão da celebração do casamento em decorrência de um dos contraentes manifestar-se arrependido, o qual, uma hora depois, retratou sua declaração e requereu a continuação da celebração, é correto afirmar:
- (A) não será possível a continuidade da celebração no mesmo dia, devendo a autoridade celebrante designar nova data.
- (B) a autoridade celebrante deverá certificar-se da livre vontade do contraente e prosseguir com a cerimônia.
- (C) somente será possível a celebração do casamento na mesma data, no caso de duas testemunhas atestarem a vontade inequívoca do contraente quanto à intenção de se casar.
- (D) haverá o encerramento do ato, sem a celebração do casamento, competindo a realização de nova habilitação de casamento, ainda que a habilitação tenha eficácia.
- 54.** Ocorrendo o reconhecimento de filho em testamento de modo incidental, a posterior revogação do testamento
- (A) não afasta o reconhecimento do filho diante do caráter irrevogável do ato.
- (B) revoga o reconhecimento do filho.
- (C) revoga o reconhecimento do filho ante a perda da eficácia do testamento.
- (D) somente não revogará o reconhecimento de filiação se houver essa ressalva quando da revogação do testamento.
- 55.** Quanto ao direito de representação na sucessão, compete afirmar:
- (A) a representação ocorre apenas na linha reta descendente ou ascendente.
- (B) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.
- (C) o instituto da representação somente se aplica à sucessão legítima.
- (D) havendo renúncia à herança, os descendentes do renunciante podem substituí-lo por representação na sucessão a qual renunciou.

**56.** “A” efetuou um testamento público em 01.10.2012, quando não tinha filhos, dispondo da totalidade de seus bens; em 23.04.2017, houve o nascimento de “B”, filho de “A”. Nesse caso,

- (A) haverá a nulidade do testamento.
- (B) o testamento permanece eficaz.
- (C) o rompimento do testamento depende de manifestação de vontade expressa do testador.
- (D) há o rompimento do testamento independentemente da vontade do testador.

**57.** Representa a hipótese de nulidade dos negócios jurídicos previsto em nosso ordenamento jurídico:

- (A) coação.
- (B) fraude contra credores.
- (C) erro.
- (D) simulação.

**58.** No tocante ao dano moral, assinale a assertiva correta.

- (A) A absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.
- (B) O dano estético insere-se na categoria de dano moral e é passível de indenização em separado.
- (C) A reparação por danos morais exige prova de que a imagem pública da autoridade identificada como coatora fora atingida.
- (D) A capacidade econômica do ofendido não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.

**59.** Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,

- (A) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa.
- (B) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
- (C) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.
- (D) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.

**60.** “A” celebrou contrato de compra e venda do cavalo “X”, devidamente individualizado, com “B”, recebendo o preço e avançada a entrega do animal para o dia 22.07.2019. No dia anterior à entrega, houve uma inundação, inevitável e imprevisível, a qual redundou na morte do cavalo “X”. Nessa situação,

- (A) o vendedor suportará o prejuízo do valor do animal.
- (B) como o gênero não perece, o vendedor deverá entregar outro animal.
- (C) o prejuízo decorrente da morte do animal será suportado pelo comprador.
- (D) o comprador e o vendedor dividirão o prejuízo decorrente da morte do animal.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**61.** Assinale a alternativa correta.

(A) Segundo o Código de Processo Civil, uma das hipóteses em que se considera autêntico o documento juntado aos autos do processo judicial é aquela em que o tabelião reconheceu a firma do signatário por autenticidade, mas não por semelhança.

(B) Não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis sem registro.

(C) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

(D) É vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.

**62.** Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil.

(A) Não integram as responsabilidades expressamente dispostas no Código de Processo Civil buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interdito.

(B) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação da cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.

(C) Uma vez inscrita a sentença de interdição no registro de pessoas naturais, é nomeado o curador provisório.

(D) O tutor ou curador poderá eximir-se do encargo apresentando escusa no registro civil no prazo de cinco dias contados do dia que sobrevier o respectivo motivo, no caso de isso se dar depois de entrar em exercício.

**63.** O saneamento do processo pelo magistrado constitui

(A) decisão interlocutória que, se admitir ou inadmitir a intervenção de terceiros, desafia recurso de agravo de instrumento.

(B) requisito obrigatório da audiência de conciliação, que demanda a fixação de pontos controvertidos.

(C) prolação de despacho ordinatório não sujeito a recurso.

(D) julgamento antecipado da lide.

**64.** De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (nº 12.016/2009), nessa espécie de ação

(A) não são devidas custas judiciais, mas são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.

(B) as custas judiciais deverão ser cobradas até o limite de 50% da alíquota devida nas demais ações judiciais.

(C) não são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.

(D) não são devidas custas judiciais nem honorários sucumbenciais pelo vencido.

#### DIREITO PENAL

**65.** A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura

(A) crime de sonegação de documento.

(B) crime de favorecimento pessoal.

(C) crime de falsidade material.

(D) crime de falsidade ideológica.

**66.** No tocante ao concurso de pessoas, é correto afirmar que

(A) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas para este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

(B) se entende por partícipe aquele que pratica a conduta descrita no verbo núcleo do tipo penal.

(C) se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, responderá por este, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.

(D) a participação de menor importância conduz à exclusão da culpabilidade.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**67.** Em relação à prova documental no processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, sempre devem ser traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

- (B) Somente a pedido das partes o juiz poderá providenciar a juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.
- (C) Quando contestada a sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.
- (D) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, podem ser utilizadas em Juízo.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

**68.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

- (A) Não incide sobre a doação de imóvel feita com encargo ou ônus.
- (B) Não incide sobre a doação de imóvel feita em adiantamento da legítima.
- (C) As alíquotas do imposto são de 4% (quatro por cento) nas transmissões causa mortis e de 2% (dois por cento) nas transmissões por doação.
- (D) O tabelião de notas não é responsável pela regularidade do recolhimento do imposto.

**69.** Em face do conceito previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional, não se caracteriza como tributo:

- (A) a contribuição de melhoria cobrada em razão da valorização imobiliária decorrente da execução de obra pública.
- (B) a multa pelo pagamento fora do prazo do Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (C) o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (D) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.

**70.** O vínculo que une os sujeitos ativo e passivo em face de uma obrigação pecuniária quantificada por base de cálculo e alíquota é

- (A) o fato gerador do tributo.
- (B) a incidência tributária vinculada.
- (C) a capacidade tributária ativa.
- (D) a relação jurídica tributária.

**71.** Em conformidade com a Constituição Federal, com relação ao Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de o de cujus ter seu inventário processado no exterior, a competência para a sua instituição deve ser regulada por lei complementar.
- (B) Compete aos Municípios.
- (C) Terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- (D) Incide sobre bens de qualquer natureza, inclusive móveis; neste último caso, desde que haja contrato por escrito.

**72.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar que

- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, incide sobre o valor do imóvel ao tempo da transmissão da propriedade.
- (B) incide também sobre a transmissão não onerosa.
- (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquota progressiva em razão do valor venal do imóvel.
- (D) não incide sobre a transmissão de imóveis fora da área urbana do Município.

**73.** Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) se efetuado após o ajuizamento de execução fiscal, é causa de sua extinção.
- (B) salvo a disposição expressa de lei, exclui a incidência de multa.
- (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, não viola a isonomia e o livre acesso à justiça a lei que, concedendo parcelamento, não permite a inclusão de débitos cujo depósito integral foi efetuado em juízo.
- (D) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a confissão irretratável do débito feita pelo contribuinte para adesão a parcelamento alcança os fundamentos jurídicos de eventual inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo.

#### DIREITO EMPRESARIAL

**74.** Segundo o Código Civil, no tocante às sociedades cooperativas, é correto afirmar:

- (A) os seus sócios respondem pelas dívidas da sociedade até o limite de cinquenta por cento das retiradas individuais do ano anterior.
- (B) o capital social é variável, podendo inclusive ser dispensado.
- (C) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade até o prazo de um ano da assembleia.
- (D) na omissão do estatuto social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.

**75.** Considere as seguintes afirmações sobre as debêntures e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.
- (B) Conferem direitos especiais ao portador, como eleição em separado para cargo de administradores ou direito de veto para determinadas matérias.
- (C) Podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.
- (D) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures na incorporação ou fusão.

**76.** Josefina Souza, engenheira da computação, atua como desenvolvedora de software, sem o concurso de auxiliares ou colaboradores, e presta serviços para grandes empresas de tecnologia. Por exigência das contratantes, realizou seu registro como empresária na Junta Comercial do Estado, ocasião em que declarou que sua profissão intelectual constitui elemento de empresa, bem como providenciou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Assinale a alternativa correta sobre a situação de Josefina Souza.

- (A) Deve ser considerada empresária, porque possui inscrição no CNPJ e, portanto, é pessoa jurídica.
- (B) Não pode ser considerada empresária porque presta serviço sem o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- (C) Não pode ser considerada empresária, porque exerce profissão intelectual.
- (D) Deve ser considerada empresária, por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**77.** Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- (A) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.
- (B) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.
- (C) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.
- (D) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.

**78.** De acordo com a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar ser causa para a decretação da falência:

- (A) a falta de pagamento, ainda que com relevante razão de direito, no vencimento, de obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.

- (B) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por quantia líquida que ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (C) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por qualquer quantia líquida.
- (D) a prática de atos de falência, mesmo que façam parte de plano de recuperação judicial.

**79.** As sociedades empresárias podem ser

- (A) simples ou limitadas.
- (B) de capital e indústria.
- (C) anônimas ou cooperativas.
- (D) personificadas ou não personificadas.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**80.** Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- (A) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração das novas Constituições dos Estados-membros.
- (B) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado e não autônomo.
- (C) O objetivo fundamental do Poder Constituinte Derivado é o de criar o novo Estado.
- (D) O Poder Constituinte Originário é limitado e condicionado.

**81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Oficial das Forças Armadas.
- (B) Juiz de Direito.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Senador da República.

**82.** Para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal,

- (A) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 2 anos.
- (B) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.
- (C) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 120 dias.
- (D) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 5 anos.

**83.** Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- (A) mandado de injunção.
- (B) habeas corpus coletivo.
- (C) habeas data.
- (D) mandado de segurança individual.

**84.** Assinale a alternativa que reflete o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.

(A) A Constituição assegura aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma Comarca o direito de assumir, na mesma comarca e no caso de vacância, a titularidade dos Ofícios de Notas, Protestos, Registro de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.

- (B) Por ser a atividade de registro civil análoga à empresarial, não é possível à lei isentar os reconhecidamente pobres do pagamento de certidão de óbito sem esbarrar em inconstitucionalidade.
- (C) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, por mera manifestação de vontade, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial quanto pela via administrativa.
- (D) Deve ser gratuita toda expedição de certidão de registro civil de nascimento.
- 85.** Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que
- (A) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.
- (B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.
- (C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.
- (D) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.
- 86.** Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) é plena a liberdade de associação para todos os fins.
- (B) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.
- (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que as entidades profissionais estabelecerem em regulamento.
- (D) é assegurado a todos o acesso à informação, desde que indicada a fonte pelo jornalista.
- 87.** São brasileiros natos
- (A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- (B) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (D) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- 88.** Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- (B) todas as terras devolutas.
- (C) os potenciais de energia hidráulica.
- (D) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- 89.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- (B) A lei não regulará as atividades, mas disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.
- (C) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- (D) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Competente.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**90.** Considerada a Organização Administrativa do Estado e a distribuição de atribuições entre a Administração Direta e a Administração Indireta, é correto afirmar que

- (A) a Administração Indireta tem como principal atributo a organização hierárquica e a desconcentração dos órgãos que a integram.
- (B) a Administração Direta é regrada por hierarquia e desconcentração, enquanto a Administração Indireta orienta-se por controle e descentralização.
- (C) a distribuição de competências entre os órgãos da Administração Direta é definida pela descentralização.
- (D) enquanto a hierarquia e o controle se apresentam como características da Administração Direta, a descentralização e a desconcentração informam a Administração Indireta.

**91.** Assinale, dentre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Indireta listadas, a que se apresenta com maior grau de regime jurídico administrativo e mais distante do regime privado.

- (A) Empresa Pública.
- (B) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (C) Autarquia.
- (D) Sociedade de Economia Mista.

**92.** Considerados os elementos do ato administrativo, a motivação, ou seja, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato, integra o conceito de

- (A) motivo.
- (B) finalidade.
- (C) objeto.
- (D) forma.

**93.** Para os atos que apresentarem defeitos sanáveis, por decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 indica como solução a

- (A) trestinação.
- (B) revogação.
- (C) convalidação.
- (D) anulação.

**94.** A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, assegurada prévia e justa indenização em dinheiro, prevista no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal,

- (A) trata do confisco de imóvel utilizado para o cultivo de plantas psicotrópicas.
- (B) pode ter por objeto imóvel que cumpre a função social da propriedade.
- (C) caracteriza sanção pelo descumprimento à função social da propriedade rural.
- (D) constitui sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana.

**95.** Segundo o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça,

- (A) os atos de natureza normativa que poderão ser expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça são somente os provimentos e as resoluções.
- (B) a sindicância é o procedimento investigativo sumário, levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, destinado a apurar irregularidades atribuídas somente a magistrados.

- (C) a função de Corregedor Nacional de Justiça será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) compete à Corregedoria Nacional de Justiça, além de outras atribuições, delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Magistrados Auxiliares ou a servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas de competência da Corregedoria.

**96.** Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A presunção de veracidade significa que todo ato editado pela Administração Pública é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo.
- (B) A presunção de veracidade, por ser absoluta, não pode ser elidida por outras provas.
- (C) A anulação de ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário.
- (D) Mesmo que o ato administrativo seja anulado, por vício de ilegalidade, subsistem os direitos gerados no período que antecede sua invalidação.

**97.** A Lei de Improbidade Administrativa elenca atos praticados por qualquer agente público e as respectivas sanções, sendo correto afirmar:

- (A) àquele que concorra para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie, mesmo não sendo agente público, são aplicadas as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) em nenhuma hipótese, poderá o sucessor ser alcançado por sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, por ser tratado de penalidades personalíssimas.
- (C) a conduta culposa do agente público, que ocasione prejuízo ao erário, não dá ensejo à responsabilização por improbidade administrativa.
- (D) pessoa Jurídica de Direito Público, mesmo que interessada, não tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.

**98.** No que tange aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando dotado de autoexecutoriedade, não pode o ato administrativo ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.
- (B) A imperatividade nem sempre é atributo do ato administrativo.
- (C) Em atos praticados por particulares, no exercício da função administrativa, verifica-se o atributo da imperatividade.
- (D) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos.

**99.** Segundo o regramento do processo administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
- (B) A Administração Pública pode se recusar a receber documentos, quando reputá-los ilegais, sem obrigação de motivar a decisão de recusa.
- (C) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, em prol da celeridade processual.
- (D) O Processo Administrativo não pode ser iniciado de ofício, em virtude do princípio da inércia.

#### CONHECIMENTOS GERAIS

**100.** A Amazônia Legal brasileira compõe-se dos seguintes estados:

- (A) Amazonas, Roraima, Amapá e Arquipélago de Fernando de Noronha.
- (B) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte de Iquitos.
- (C) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte do Estado de Minas Gerais.
- (D) Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e de parte do estado do Maranhão.

07.12.2019

**REMOÇÃO****PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO****Versão 3**

1 - D	2 - C	3 - A	4 - B	5 - D	6 - A	7 - C	8 - B	9 - D	10 - A
11 - D	12 - B	13 - B	14 - C	15 - D	16 - A	17 - B	18 - D	19 - D	20 - C
21 - A	22 - D	23 - A	24 - C	25 - B	26 - A	27 - B	28 - D	29 - C	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - A	35 - C	36 - B	37 - D	38 - A	39 - A	40 - C
41 - B	42 - C	43 - D	44 - B	45 - C	46 - A	47 - A	48 - D	49 - B	50 - B
51 - C	52 - D	53 - A	54 - A	55 - C	56 - D	57 - D	58 - B	59 - B	60 - A
61 - C	62 - B	63 - A	64 - C	65 - D	66 - A	67 - C	68 - C	69 - B	70 - D
71 - A	72 - A	73 - C	74 - B	75 - A	76 - D	77 - D	78 - C	79 - D	80 - A
81 - A	82 - B	83 - A	84 - C	85 - D	86 - B	87 - D	88 - A	89 - C	90 - B
91 - C	92 - D	93 - C	94 - B	95 - D	96 - A	97 - A	98 - C	99 - A	100 - D

**VERSÃO 4****Registros Públicos e Notarial (Direito Registral e Notarial)**

**01.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

(A) I – constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;

II – concessão de emancipação pelos pais;

III – convenção de condomínio edilício.

(B) I – concessão de emancipação pelos pais;

II – pacto antenupcial;

III – renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.

(C) I – pacto antenupcial;

II – compromisso de compra e venda;

III – constituição do direito de superfície.

(D) I – contrato de constituição de renda;

II – contrato de locação;

III – pacto antenupcial.

**02.** Sobre o testamento público, é correto afirmar que

(A) é irrevogável.

(B) após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e às testemunhas a um só tempo; ou pelo próprio testador, se o quiser, na presença das testemunhas e do tabelião.

- (C) pode ser lavrado fora do Município para o qual o tabelião de notas recebeu a delegação.
- (D) não precisa ser assinado pelo testador, bastando as assinaturas do tabelião e das testemunhas.

**03.** Assinale a alternativa correta.

(A) Poderá ser lavrada escritura pública de emancipação de menor entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que compareça ao ato notarial o representante do Ministério Público.

(B) A lei permite que a escritura pública de compra e venda pode ser lavrada pelo tabelião de notas dispensando-se a descrição e caracterização do imóvel, desde que urbano, bastando consignar o número do registro ou matrícula no registro de imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões pertinentes.

(C) Desde que presente ao ato representante do Ministério Público, a escritura pública, lavrada em notas do tabelião, é documento dotado de fé pública.

(D) Por ser o Brasil um estado laico e multirreligioso, a lei veda que nas escrituras públicas haja referência ao nascimento de Jesus Cristo ao se inserir a data da lavratura.

**04.** Sobre a escritura pública de doação de imóvel, é correto afirmar que, segundo o Código Civil,

(A) não é possível ser lavrada por tabelião de notas se o donatário for nascituro.

(B) poderá ser lavrada por tabelião de notas apenas se o donatário tiver algum vínculo de parentesco com o doador.

(C) caso a doação seja de ascendente para descendente, somente poderá ser lavrada pelo tabelião de notas se os doadores estipularem que o ato de liberalidade importará em adiantamento da parte da legítima.

(D) é possível a convenção da cláusula de reversão segundo a qual os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.

**05.** De acordo com o Provimento nº 18/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa na qual constam apenas módulos operacionais da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CEN-SEC).

(A) I – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP);

II – Central de Remessa de Arquivos (CRA);

III – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO).

(B) I – Central de Remessa de Arquivos (CRA);

II – Central Nacional de Serviços Compartilhados do Protesto (CENPROT);

III – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP).

(C) I – Registro Central de Testamentos *OnLine* (RCTO);

II – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);

III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).

(D) I – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);

II – Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);

III – Central de Escrituras e Procurações (CEP).

**06.** Assinale a alternativa na qual constam apenas competências dos tabeliães de notas.

(A) I – Lavrar atas notariais.

II – Registrar as emancipações.

III – Averbar as opções de nacionalidade.

(B) I – Inscrever os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

II – Lavrar atas notariais.

III – Formalizar juridicamente a vontade das partes.

(C) I – Lavrar escrituras e procurações públicas.

II – Reconhecer firmas.

III – Lavrar atas notariais.

- (D) I – Reconhecer firmas.
- II – Autenticar cópias.
- III – Registrar as interdições.

**07.** Em conformidade com o disposto na Resolução no 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Na escritura pública de separação e divórcio consensuais, os separandos ou divorciandos poderão ser representados por mandatários constituídos desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de 30 (trinta) dias.
- (B) Permite-se a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.
- (C) Poderá o tabelião de notas indicar advogado para assistência jurídica às partes por ocasião da lavratura das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais, inventários e partilhas.
- (D) Das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais não poderão ser expedidas certidões, a não ser a pedido das partes envolvidas no ato, ou por determinação judicial.

**08.** Sobre o reconhecimento de firma, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato notarial de reconhecimento de firma poderá ser feito pelo tabelião de notas com data anterior à da efetiva prática do ato desde que requerido pelo interessado, sendo vedada a inserção de data futura.
- (B) É o ato notarial por meio do qual o tabelião certifica a autoria de determinada assinatura. Essa certificação pode ser feita ou por semelhança (verificação da coincidência gráfica entre a assinatura constante na ficha-padrão ou cartão de assinaturas existente no tabelionato com a existente no documento apresentado) ou por autenticidade, também conhecido por verdadeiro ou presencial (o interessado assina o documento na presença do tabelião de notas ou na do preposto).
- (C) Ao reconhecer firma, o tabelião de notas também reconhece a legalidade e veracidade do conteúdo do próprio documento, convalidando-o nos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.
- (D) O reconhecimento de firma por autenticidade somente poderá ser feito pelo tabelião em virtude de determinação judicial.

**09.** Assinale a alternativa correta sobre a autenticação de cópias.

- (A) A autenticação notarial de uma cópia significa a atestação de que ela é reprodução fiel e idêntica de determinado documento original.
- (B) Devido ao princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito, a lei veda expressamente que o tabelião de notas autentique cópias reprográficas de cheques e notas promissórias.
- (C) De acordo com o Código Civil, a cópia fotográfica de documento autenticada pelo tabelião de notas valerá como prova de declaração de vontade, não se admitindo a impugnação da sua autenticidade, tendo em vista a fé pública notarial.
- (D) De acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, o valor cobrado pela autenticação de documentos reprográficos deverá ser único para qualquer documento, independentemente do número de folhas.

**10.** Caio faleceu sem deixar testamento e sem deixar cônjuge ou companheira(o). Deixou bens superiores a 1.000 (mil) salários mínimos. Fábio, pai de Caio, está vivo. Caio deixou os seguintes descendentes: o filho Túlio e os netos Octávio e Petrônio, todos maiores e capazes. Os netos são filhos de Tício, falecido antes de Caio. Os herdeiros não desejam ceder seus direitos hereditários para ninguém, nem total nem parcialmente. Ninguém deseja renunciar à herança.

Na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Caio, o tabelião de notas fará constar que o acervo hereditário será partilhado da seguinte forma:

- (A) para o pai Fábio, para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma quarta parte ideal para cada um.
- (B) para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma terça parte ideal para cada um.
- (C) para o pai Fábio e para o filho Túlio, na proporção de metade ideal para cada um.
- (D) para o filho Túlio, que receberá a metade ideal; e para os netos Octávio e Petrônio, que receberão uma quarta parte ideal, cada um.

**11.** De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em relação ao usufruto sobre bem imóvel, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituído por escritura pública em favor de duas ou mais pessoas, poderá ser estipulado que, com a morte de uma delas, a parte ideal cabente ao usufrutuário falecido será acrescida à parte do(s) usufrutuário(s) sobrevivente(s).
- (B) Ocorrendo a morte do usufrutuário, os direitos reais de usufruto serão partilhados entre os herdeiros do “de cujus”.
- (C) É um direito real de garantia.
- (D) Somente se extingue pela renúncia do usufrutuário lavrada por escritura pública perante tabelião de notas.
- 12.** Sobre o contrato de permuta, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é correto afirmar que
- (A) é anulável a permuta de imóveis de valores desiguais entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- (B) o tabelião não poderá lavrar escritura de permuta de bem imóvel por bem móvel.
- (C) cada um dos contratantes deverá pagar por metade as despesas com o instrumento da permuta, não se admitindo disposição em contrário.
- (D) no contrato de permuta de imóveis de valores iguais, o alienante não responde pela evicção, em nenhuma hipótese.
- 13.** Considerando a lavratura do assento de nascimento, analise as seguintes afirmativas e assinale a correta.
- (A) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- (B) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (C) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- (D) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 45 (quarenta e cinco) dias para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- 14.** Sobre a naturalidade do registrando a ser consignada no assento de nascimento, assinale a alternativa correta.
- (A) Se não houver indicação de naturalidade, o oficial de registro deverá lançar o município de sua localização.
- (B) A opção para escolha da naturalidade caberá ao declarante no ato de registro do nascimento, podendo escolher qualquer município, desde que localizado na mesma Unidade Federativa.
- (C) A naturalidade poderá ser do Município da residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional.
- (D) A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- 15.** No caso de ter a criança nascido morta, ou no de ter morrido na ocasião do parto, quanto ao procedimento do oficial de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de natimorto, facultado o direito de atribuição de nome, serão feitos, necessariamente no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais, os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e remissões recíprocas.
- (B) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no livro “C-Auxiliar”, com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando-se o assento de nascimento.
- (C) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento.
- (D) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento, a critério do declarante.
- 16.** Segundo o Provimento nº 63/2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito.
- (A) A averbação do número do CPF será feita apenas nos assentos de nascimento.
- (B) A averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverá ser feita em cumprimento de determinação judicial.

(C) A averbação do número do CPF será considerada, para fins de cobrança de emolumentos, como averbação sem valor declarado.

(D) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do provimento, poderá ser averbado o número de CPF, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.

**17.** De acordo com os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa acima de 12 (doze) anos.

(A) Será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento de nascimento.

(B) O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador independentemente de parecer favorável do Ministério Público.

(C) Deverá ser feito necessariamente por instrumento público.

(D) Pela via administrativa, é permitida a inclusão de até 3 (três) ascendentes socioafetivos.

**18.** De acordo com o Provimento nº 82/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação no registro de nascimento e no de casamento das alterações de patronímico dos genitores em decorrência de casamento, separação e divórcio.

(A) A averbação do acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho menor de idade somente poderá ser feita se este tiver sido registrado apenas com o nome da mãe.

(B) Em nenhuma hipótese, será exigido o consentimento do filho para a averbação, bastando o requerimento dos genitores.

(C) O procedimento administrativo para alteração será processado pelo oficial do registro civil das pessoas naturais, mediante apresentação da certidão respectiva, e não depende de autorização judicial.

(D) O procedimento administrativo para alteração dependerá de expressa autorização judicial.

**19.** O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao

(A) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.

(B) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.

(C) registro de casamento religioso para efeitos civis.

(D) registro de casamento em iminente risco de vida.

**20.** Assinale a alternativa correta sobre o processo de habilitação para o casamento.

(A) O oficial de registro deverá silenciar-se quanto à escolha do regime de bens pelos nubentes, pois não é de seu dever intrometer-se nessa questão.

(B) É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento.

(C) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um advogado.

(D) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um notário.

**21.** Assinale a alternativa correta quanto ao nome civil da pessoa natural.

(A) O interessado, no primeiro ano após ter atingido 21 (vinte e um) anos, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

(B) No processamento do casamento, qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro, vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.

(C) O oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeter o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.

(D) Quando o declarante de nascimento não indicar o nome completo do registrando, o oficial suspenderá a lavratura do assento e assinalará prazo razoável para que ele retorne com o nome completo.

**22.** Sobre o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ou da união estável, considere as seguintes afirmações:

I. Os genitores comparecem perante o oficial de registro, pessoalmente, ou por intermédio de procurador com poderes específicos, para efetuar o assento, do qual constará o nome dos genitores e dos respectivos avós.

II. Apenas a mãe comparece perante o oficial de registro com declaração de reconhecimento ou anuência do pai à efetivação do registro.

III. O reconhecimento do filho é irrevogável e poderá ser feito no registro de nascimento, não devendo constar o estado civil dos pais.

Está(ão) correta(s):

(A) I, II e III.

(B) Somente I e III.

(C) Somente I e II.

(D) Somente I.

**23.** Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal (registro tardio).

(A) Se o registrando for menor de 12 (doze) anos de idade, o requerimento deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil, e serão 4 (quatro) as testemunhas.

(B) As declarações de nascimento serão apresentadas ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado. Não tendo o interessado moradia ou residência fixa, será considerado competente o do local onde se encontrar.

(C) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.

(D) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 (doze) anos de idade, o pedido deverá ser formulado ao Juiz Competente, por meio de advogado ou de Defensor Público, indicando 4 (quatro) testemunhas.

**24.** No caso de erro na transposição dos elementos constantes de ordens e mandados judiciais, o oficial do registro civil das pessoas naturais retificará o registro, a averbação ou a anotação

(A) caso não tenha decorrido mais de 1 (um) ano da lavratura do assento.

(B) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja autorização judicial, após parecer do Ministério Público.

(C) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja manifestação favorável do Ministério Público.

(D) de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.

**25.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa na qual constam apenas os serviços mínimos que deverão ser prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pelos tabeliães de protesto.

(A) I – Recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais.

II – Consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados.

III – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

(B) I – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.

II – Protocolização das ações de execução em nome dos credores.

III – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

(C) I – Escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica e os requisitos de autorização prévia impostos pelo órgão supervisor e os demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Concessão de empréstimos para que o devedor possa pagar o título.

(D) I – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.

II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

III – Prestação de assessoria jurídica aos apresentantes.

**26.** De acordo com a Lei nº 10.931/2004, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a cédula de crédito bancário, assinale a alternativa correta.

(A) A cédula de crédito bancário não é transferível mediante endosso.

(B) A cédula de crédito bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável.

(C) O protesto da cédula de crédito bancário é indispensável para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

(D) A cédula de crédito bancário não é passível de ser protestada.

**27.** De acordo com o Provimento nº 30/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmativas sobre a recepção e o protesto de cheques:

I. É vedado o protesto de cheques devolvidos pelo banco sacado por motivo de furto, roubo ou extravio de folhas ou talonários, desde que não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval.

II. Quando o cheque for apresentado para protesto mais de 1 (um) ano após sua emissão, será obrigatória a comprovação, pelo apresentante, do endereço do emitente.

III. O cheque somente poderá ser protestado no lugar do pagamento, não se admitindo o protesto no local do domicílio do emitente.

Está(ão) correta(s) somente

(A) II e III.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

**28.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta acerca das certidões de protesto.

(A) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas que abrangerão o período mínimo dos 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.

(B) De protesto não cancelado poderá ser expedida certidão apenas a pedido do apresentante ou por ordem judicial.

(C) O prazo para o tabelião de protesto expedir a certidão de protesto é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis.

(D) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá expedir certidão de protesto que já tenha sido cancelado.

**29.** De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

(A) São devidos emolumentos pela averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, a qual poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do tabelião.

(B) Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.

(C) No tabelionato de protesto, haverá 3 (três) livros para o registro do protesto, sendo 1 (um) para os protestos tirados por falta de pagamento, 1 (um) para os protestos tirados por falta de aceite e 1 (um) para os protestos tirados por falta de devolução.

(D) O protesto por falta de aceite somente poderá ser tirado após o vencimento da obrigação.

**30.** Assinale a afirmação correta sobre a competência registral em decorrência da aplicação do princípio da territorialidade.

- (A) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.
- (B) Quando um imóvel estiver localizado em comarcas ou circunscrições limítrofes, o registro será feito naquela onde o imóvel tiver maior área.
- (C) Os atos relativos a vias férreas constituem exceção, pois serão registrados no cartório de registro de imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
- (D) As escrituras de pactos antenupciais serão registradas no cartório do lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos.

**31.** Sobreprenotação, é correto afirmar que

- (A) a prenotação poderá ser prorrogada a requerimento do interessado por mais 30 (trinta) dias.
- (B) apresentados dois traslados da escritura notarial de permuta, com o mesmo objeto, na mesma circunscrição, a critério do oficial registrador, poderão ser feitas prenotações sucessivas.
- (C) havendo cindibilidade de título que instrumentalize vários negócios pactuados, de imóveis localizados na mesma circunscrição imobiliária, mediante requerimento formalizado pelo portador, no ato de sua apresentação, deverá ser feito 1 (um) lançamento no Livro de Protocolo para cada 1 (um) dos imóveis indicados no requerimento.
- (D) no caso de prenotações sucessivas de títulos contraditórios e excludentes, relativos à transmissão, criar-se-á uma fila de precedência. Cessados os efeitos da prenotação, o título poderá retornar à fila, mas após os outros que nela já se encontravam no momento da cessação.

**32.** O Oficial de Registro de Imóveis, ao constatar a existência de matrículas para imóveis distintos, com uso do mesmo número de ordem, deverá

- (A) bloquear todas as matrículas e comunicar o fato ao Juiz Corregedor da Comarca, para a adoção das providências cabíveis.
- (B) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça, com identificação expressa de cada uma dessas matrículas e do imóvel a que se refere, para a adoção das providências cabíveis.
- (C) manter a matrícula mais antiga com o mesmo número, encerrar as posteriores e abrir novas matrículas para os respectivos imóveis, observada a numeração sequencial atual, trasladando para estas os atos das matrículas encerradas.
- (D) complementar os números que foram repetidos, mediante aposição de letra do alfabeto, em sequência a cada número repetido (ex.: matrícula 1, matrícula 1-A, matrícula 1-B, matrícula 1-C etc.).

**33.** Quanto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), é correto afirmar que

- (A) o ONR será organizado como empresa pública.
- (B) caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a função de agente regulador do ONR e zelar pelo cumprimento de seu estatuto.
- (C) se destina a implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).
- (D) as unidades do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal integram o SREI e ficam vinculadas ao ONR, exceto aquelas em que os respectivos titulares se opuserem a esse vínculo.

**34.** Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda de imóvel oriundo de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979), formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento autônomo, o oficial, examinando a documentação e constatando que não houve a expressa anuência do loteador, deverá

- (A) expedir notificação ao loteador para que se manifeste sobre a cessão no prazo de 10 (dez) dias, interpretado o silêncio como concordância. Decorrido esse prazo e não havendo oposição, devidamente certificado o fato pelo oficial, praticará os atos que lhe competir para o registro da cessão.
- (B) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, cabendo ao oficial de registro dar-lhe ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.
- (C) expedir Nota de Devolução consignando exigência para que o interessado apresente anuência do loteador no mesmo documento, ou em documento apartado.
- (D) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, não havendo necessidade de dar-lhe ciência por escrito, visto que a cessão do compromisso de venda e compra celebrado com o loteador independe da anuência deste.

**35.** A competência para registrar organizações religiosas é

- (A) do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da instituição.
- (B) da Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seads).
- (C) da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL).
- (D) do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede da instituição.

**36.** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Em relação ao enunciado, pode-se afirmar que

- (A) o exercício das liberdades de autodeterminação das organizações religiosas deve obedecer à legalidade. Assim, é de rigor a qualificação registral de suas cláusulas estatutárias pelo oficial de registro competente.
- (B) em decorrência de garantias constitucionais, as organizações religiosas não estão sujeitas à inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para terem existência legal.
- (C) embora possam ser criadas livremente, seus estatutos sociais devem ser previamente aprovados pela organização religiosa hierarquicamente superior.
- (D) os estatutos sociais das organizações religiosas não se submetem à qualificação registral por representar ingerência indevida do Estado em afronta à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos e suas liturgias.

**37.** Assinale a alternativa correta quanto à suscitação de dúvida relacionada com o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

- (A) A suscitação de dúvida somente é facultada ao oficial do registro de imóveis.
- (B) Não se permite suscitação de dúvida *ex officio* no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (C) O oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.
- (D) O oficial do registro deverá indeferir de plano o registro e devolver os documentos ao interessado.

**38.** Assinale a alternativa correta para a constituição do condomínio de lotes.

- (A) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de títulos e documentos.
- (B) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de civil de pessoa jurídica e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
- (C) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de títulos e documentos e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
- (D) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de imóveis.

**39.** De acordo com o Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.

- (A) Os lançamentos relativos a receitas compreenderão todos os valores recebidos na serventia, inclusive os tributos recebidos a título de substituição tributária.
- (B) Deverá ser visado anualmente pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente.
- (C) A receita será lançada no livro no dia do recebimento dos emolumentos, ainda que a prática do ato tenha ocorrido em outro dia.
- (D) Nele não poderá ser lançado como despesa o valor recolhido a título de imposto sobre serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.

**40.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa na qual consta, dentre outros, os titulares de serviços notariais e de registro.

- (A) Tabelião de notas; oficial de registro de títulos e documentos; tradutor público juramentado.
- (B) Tabelião de notas; tabelião e oficiais de registro de contratos marítimos; oficiais de registro de imóveis.
- (C) Tabelião de protesto; leiloeiro público; oficial de registro de imóveis.
- (D) Oficial de registro civil das pessoas naturais e de interdição e tutelas; oficial da Junta Comercial; tabelião de notas.

**41.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros, dos seguintes requisitos:

- (A) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – doutorado ou mestrado reconhecidos ou revalidados em Direito;  
III – nacionalidade brasileira.
- (B) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – especialização em Direito com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula;  
III – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
- (C) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – nacionalidade brasileira;  
III – capacidade civil.
- (D) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II – capacidade civil;  
III – comprovação de serviços prestados à Justiça Eleitoral em 3 (três) eleições.

**42.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, entre outras, às seguintes penas:

- (A) expulsão e repreensão.
- (B) advertência e demissão.
- (C) suspensão por 180 (cento e oitenta) dias e repreensão.
- (D) perda da delegação e multa.

**43.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, sobre os concursos de provas e títulos para outorga de delegações, é correto afirmar que

- (A) será aberto com a publicação do edital, dele constando os critérios de desempate.
- (B) serão realizados pelo Poder Judiciário e deverão contar com a participação, em todas as fases, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, de um notário e de um registrador.
- (C) para concurso de provimento, serão admitidos escreventes ou prepostos não bacharéis em Direito que trabalhem na atividade notarial e de registro por mais de 5 (cinco) anos.
- (D) para o concurso de remoção serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de 1 (um) ano.

**44.** Sobre o Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que

- (A) para as serventias com arrecadação de até R\$ 100 mil, por semestre, não haverá necessidade de adoção de padrões mínimos de proteção da base de dados.
- (B) é permitida a adoção de livros e atos eletrônicos somente para as serventias com arrecadação de até R\$ 60 mil por semestre.
- (C) os livros e atos eletrônicos do acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (backup), realizada em intervalos não superiores a 30 (trinta) dias, feita em mídia eletrônica, não havendo necessidade de ser arquivada na internet (backup em nuvem).
- (D) os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança da informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, sendo que, dentre essas políticas, os notários e registradores deverão ter um plano de continuidade de negócios que preveja ocorrências nocivas ao regular funcionamento dos serviços.

**45.** De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) O assento do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, são gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres.
- (B) O direito do notário e do registrador de exercer opção nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia está subordinado ao deferimento pela Corregedoria Nacional da Justiça.
- (C) Nas certidões expedidas gratuitamente, deverá constar que foram expedidas sem cobrança de emolumentos por ser o interessado pessoa pobre e sem condições de arcar com as despesas.
- (D) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.

#### Direito Civil

**46.** Com relação à capacidade civil, é correto afirmar:

- (A) os menores de dezesseis anos não têm capacidade de direito ou de gozo.
- (B) todo ser humano tem capacidade de direito ou de gozo.
- (C) o ser humano adquire a capacidade civil a partir do registro civil do nascimento.
- (D) todo ser humano tem capacidade de fato ou de exercício.

**47.** Em uma escritura pública de compra e venda, houve a utilização de documentos falsos do vendedor por um fraudador. Nesse caso, o negócio jurídico em relação ao vendedor é

- (A) anulável.
- (B) inexistente.
- (C) ineficaz.
- (D) nulo.

**48.** “A” contratou “B” para cantar em sua festa de casamento. “B” não compareceu à comemoração do casamento na data estipulada. A hipótese é de:

- (A) inadimplemento absoluto.
- (B) inadimplemento relativo.
- (C) inadimplemento antecipado.
- (D) mora.

**49.** O engenheiro “A” planejou e executou a construção de um imóvel de propriedade de seu amigo “B” sem a cobrança de honorários profissionais. “B” efetuou a doação de um terreno em favor de “A” unicamente a título de recompensa pelos serviços de engenharia. Dois meses após a doação, “A” caluniou e injuriou gravemente “B”. Nessa situação, a doação

- (A) não poderá ser revogada somente caso tenha havido a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- (B) não poderá ser revogada por ingratidão apenas se o donatário for ascendente do doador.
- (C) não poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (D) poderá ser revogada por ingratidão do donatário.

**50.** “A” exerce a atividade de caseiro em uma chácara rural mediante remuneração mensal e ordens do proprietário. Nesse caso,

- (A) “A” é titular da posse indireta do imóvel.
- (B) “A” é titular da posse do imóvel.
- (C) “A” é titular da posse direta do imóvel.

(D) "A" exerce situação jurídica de detenção do imóvel.

**51.** "A" efetuou a venda com o recebimento do preço e a entrega do veículo "X" a "B", o qual não efetuou o registro da compra e venda no Departamento de Trânsito. Nesse caso,

(A) houve a transmissão da propriedade do veículo para "B".

(B) a transmissão da propriedade do veículo dependerá do registro do contrato de compra e venda no registro de títulos e documentos.

(C) a transmissão da propriedade somente ocorrerá com o registro da venda na repartição de trânsito com efeito retroativo à data da entrega.

(D) a transmissão da propriedade somente ocorrerá a partir do registro da venda na repartição de trânsito.

**52.** Com relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar:

(A) em nenhuma hipótese, haverá direito de preferência na alienação da fração de tempo na multipropriedade.

(B) o período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias.

(C) a multipropriedade não pode ser instituída por testamento.

(D) o multiproprietário não poderá ceder sua fração de tempo em comodato.

**53.** Havendo a suspensão da celebração do casamento em decorrência de um dos contraentes manifestar-se arrependido, o qual, uma hora depois, retratou sua declaração e requereu a continuação da celebração, é correto afirmar:

(A) somente será possível a celebração do casamento na mesma data, no caso de duas testemunhas atestarem a vontade inequívoca do contraente quanto à intenção de se casar.

(B) haverá o encerramento do ato, sem a celebração do casamento, competindo a realização de nova habilitação de casamento, ainda que a habilitação tenha eficácia.

(C) a autoridade celebrante deverá certificar-se da livre vontade do contraente e prosseguir com a cerimônia.

(D) não será possível a continuidade da celebração no mesmo dia, devendo a autoridade celebrante designar nova data.

**54.** Ocorrendo o reconhecimento de filho em testamento de modo incidental, a posterior revogação do testamento

(A) revoga o reconhecimento do filho ante a perda da eficácia do testamento.

(B) somente não revogará o reconhecimento de filiação se houver essa ressalva quando da revogação do testamento.

(C) não afasta o reconhecimento do filho diante do caráter irrevogável do ato.

(D) revoga o reconhecimento do filho.

**55.** Quanto ao direito de representação na sucessão, compete afirmar:

(A) o instituto da representação somente se aplica à sucessão legítima.

(B) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.

(C) havendo renúncia à herança, os descendentes do renunciante podem substituí-lo por representação na sucessão a qual renunciou.

(D) a representação ocorre apenas na linha reta descendente ou ascendente.

**56.** "A" efetuou um testamento público em 01.10.2012, quando não tinha filhos, dispondo da totalidade de seus bens; em 23.04.2017, houve o nascimento de "B", filho de "A". Nesse caso,

(A) haverá a nulidade do testamento.

(B) há o rompimento do testamento independentemente da vontade do testador.

(C) o testamento permanece eficaz.

(D) o rompimento do testamento depende de manifestação de vontade expressa do testador.

**57.** Representa a hipótese de nulidade dos negócios jurídicos previsto em nosso ordenamento jurídico:

- (A) fraude contra credores.
- (B) coação.
- (C) erro.
- (D) simulação.

**58.** No tocante ao dano moral, assinale a assertiva correta.

- (A) O dano estético insere-se na categoria de dano moral e é passível de indenização em separado.
- (B) A absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.
- (C) A capacidade econômica do ofendido não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.
- (D) A reparação por danos morais exige prova de que a imagem pública da autoridade identificada como coatora fora atingida.

**59.** Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,

- (A) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.
- (B) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa.
- (C) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
- (D) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.

**60.** "A" celebrou contrato de compra e venda do cavalo "X", devidamente individualizado, com "B", recebendo o preço e avançada a entrega do animal para o dia 22.07.2019. No dia anterior à entrega, houve uma inundação, inevitável e imprevisível, a qual redundou na morte do cavalo "X". Nessa situação,

- (A) o prejuízo decorrente da morte do animal será suportado pelo comprador.
- (B) o vendedor suportará o prejuízo do valor do animal.
- (C) como o gênero não perece, o vendedor deverá entregar outro animal.
- (D) o comprador e o vendedor dividirão o prejuízo decorrente da morte do animal.

#### **Direito Processual Civil**

**61.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.
- (B) Segundo o Código de Processo Civil, uma das hipóteses em que se considera autêntico o documento juntado aos autos do processo judicial é aquela em que o tabelião reconheceu a firma do signatário por autenticidade, mas não por semelhança.
- (C) É vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- (D) Não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis sem registro.

**62.** Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil.

- (A) O tutor ou curador poderá eximir-se do encargo apresentando escusa no registro civil no prazo de cinco dias contados do dia que sobrevier o respectivo motivo, no caso de isso se dar depois de entrar em exercício.

- (B) Uma vez inscrita a sentença de interdição no registro de pessoas naturais, é nomeado o curador provisório.
- (C) Não integram as responsabilidades expressamente dispostas no Código de Processo Civil buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interdito.
- (D) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação da cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.

**63.** O saneamento do processo pelo magistrado constitui

- (A) prolação de despacho ordinatório não sujeito a recurso.
- (B) julgamento antecipado da lide.
- (C) requisito obrigatório da audiência de conciliação, que demanda a fixação de pontos controvertidos.
- (D) decisão interlocutória que, se admitir ou inadmitir a intervenção de terceiros, desafia recurso de agravo de instrumento.

**64.** De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (nº 12.016/2009), nessa espécie de ação

- (A) não são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (B) não são devidas custas judiciais, mas são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (C) não são devidas custas judiciais nem honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (D) as custas judiciais deverão ser cobradas até o limite de 50% da alíquota devida nas demais ações judiciais.

#### Direito Penal

**65.** A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura

- (A) crime de favorecimento pessoal.
- (B) crime de falsidade material.
- (C) crime de falsidade ideológica.
- (D) crime de sonegação de documento.

**66.** No tocante ao concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, responderá por este, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.
- (B) a participação de menor importância conduz à exclusão da culpabilidade.
- (C) se entende por partícipe aquele que pratica a conduta descrita no verbo núcleo do tipo penal.
- (D) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas para este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

#### Direito Processual Penal

**67.** Em relação à prova documental no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a pedido das partes o juiz poderá providenciar a juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.
- (B) Quando contestada a sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.
- (C) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, podem ser utilizadas em Juízo.
- (D) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, sempre devem ser traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

#### Direito Tributário

- 68.** De acordo com a legislação tributária do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).
- (A) As alíquotas do imposto são de 4% (quatro por cento) nas transmissões causa mortis e de 2% (dois por cento) nas transmissões por doação.
  - (B) Não incide sobre a doação de imóvel feita em adiantamento da legítima.
  - (C) O tabelião de notas não é responsável pela regularidade do recolhimento do imposto.
  - (D) Não incide sobre a doação de imóvel feita com encargo ou ônus.
- 69.** Em face do conceito previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional, não se caracteriza como tributo:
- (A) a multa pelo pagamento fora do prazo do Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
  - (B) o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
  - (C) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.
  - (D) a contribuição de melhoria cobrada em razão da valorização imobiliária decorrente da execução de obra pública.
- 70.** O vínculo que une os sujeitos ativo e passivo em face de uma obrigação pecuniária quantificada por base de cálculo e alíquota é
- (A) a incidência tributária vinculada.
  - (B) a relação jurídica tributária.
  - (C) o fato gerador do tributo.
  - (D) a capacidade tributária ativa.
- 71.** Em conformidade com a Constituição Federal, com relação ao Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa correta.
- (A) Terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
  - (B) Incide sobre bens de qualquer natureza, inclusive móveis; neste último caso, desde que haja contrato por escrito.
  - (C) Compete aos Municípios.
  - (D) No caso de o de cujus ter seu inventário processado no exterior, a competência para a sua instituição deve ser regulada por lei complementar.
- 72.** Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar que
- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquota progressiva em razão do valor venal do imóvel.
  - (B) segundo o Supremo Tribunal Federal, incide sobre o valor do imóvel ao tempo da transmissão da propriedade.
  - (C) não incide sobre a transmissão de imóveis fora da área urbana do Município.
  - (D) incide também sobre a transmissão não onerosa.
- 73.** Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) salvo a disposição expressa de lei, exclui a incidência de multa.
  - (B) se efetuado após o ajuizamento de execução fiscal, é causa de sua extinção.
  - (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, não viola a isonomia e o livre acesso à justiça a lei que, concedendo parcelamento, não permite a inclusão de débitos cujo depósito integral foi efetuado em juízo.
  - (D) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a confissão irretratável do débito feita pelo contribuinte para adesão a parcelamento alcança os fundamentos jurídicos de eventual inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo.

**74.** Segundo o Código Civil, no tocante às sociedades cooperativas, é correto afirmar:

- (A) o capital social é variável, podendo inclusive ser dispensado.
- (B) na omissão do estatuto social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.
- (C) os seus sócios respondem pelas dívidas da sociedade até o limite de cinquenta por cento das retiradas individuais do ano anterior.
- (D) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade até o prazo de um ano da assembleia.

**75.** Considere as seguintes afirmações sobre as debêntures e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) Conferem direitos especiais ao portador, como eleição em separado para cargo de administradores ou direito de veto para determinadas matérias.
- (B) Podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.
- (C) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures na incorporação ou fusão.
- (D) São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.

**76.** Josefina Souza, engenheira da computação, atua como desenvolvedora de software, sem o concurso de auxiliares ou colaboradores, e presta serviços para grandes empresas de tecnologia. Por exigência das contratantes, realizou seu registro como empresária na Junta Comercial do Estado, ocasião em que declarou que sua profissão intelectual constitui elemento de empresa, bem como providenciou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Assinale a alternativa correta sobre a situação de Josefina Souza.

- (A) Deve ser considerada empresária, porque possui inscrição no CNPJ e, portanto, é pessoa jurídica.
- (B) Não pode ser considerada empresária, porque exerce profissão intelectual.
- (C) Deve ser considerada empresária, por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (D) Não pode ser considerada empresária porque presta serviço sem o concurso de auxiliares ou colaboradores.

**77.** Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- (A) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.
- (B) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.
- (C) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.
- (D) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.

**78.** De acordo com a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar ser causa para a decretação da falência:

- (A) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por qualquer quantia líquida.
- (B) a falta de pagamento, ainda que com relevante razão de direito, no vencimento, de obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (C) a prática de atos de falência, mesmo que façam parte de plano de recuperação judicial.
- (D) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por quantia líquida que ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.

**79.** As sociedades empresárias podem ser

- (A) personificadas ou não personificadas.
- (B) simples ou limitadas.

- (C) de capital e indústria.
- (D) anônimas ou cooperativas.

### Direito Constitucional

**80.** Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- (A) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado e não autônomo.
- (B) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração das novas Constituições dos Estados-membros.
- (C) O Poder Constituinte Originário é limitado e condicionado.
- (D) O objetivo fundamental do Poder Constituinte Derivado é o de criar o novo Estado.

**81.** Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Juiz de Direito.
- (B) Senador da República.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

**82.** Para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal,

- (A) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.
- (B) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 2 anos.
- (C) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 5 anos.
- (D) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 120 dias.

**83.** Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- (A) habeas data.
- (B) mandado de segurança individual.
- (C) habeas corpus coletivo.
- (D) mandado de injunção.

**84.** Assinale a alternativa que reflete o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Deve ser gratuita toda expedição de certidão de registro civil de nascimento.
- (B) Por ser a atividade de registro civil análoga à empresarial, não é possível à lei isentar os reconhecidamente pobres do pagamento de certidão de óbito sem esbarrar em inconstitucionalidade.
- (C) A Constituição assegura aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma Comarca o direito de assumir, na mesma comarca e no caso de vacância, a titularidade dos Ofícios de Notas, Protestos, Registro de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.
- (D) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, por mera manifestação de vontade, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial quanto pela via administrativa.

**85.** Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

- (A) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.
- (B) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.

- (C) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.
- (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.

**86.** Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) é assegurado a todos o acesso à informação, desde que indicada a fonte pelo jornalista.
- (B) é plena a liberdade de associação para todos os fins.
- (C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que as entidades profissionais estabelecerem em regulamento.

**87.** São brasileiros natos

- (A) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (C) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- (D) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

**88.** Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados

- (A) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- (B) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (C) todas as terras devolutas.
- (D) os potenciais de energia hidráulica.

**89.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei não regulará as atividades, mas disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.
- (B) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- (C) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Competente.
- (D) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

### Direito Administrativo

**90.** Considerada a Organização Administrativa do Estado e a distribuição de atribuições entre a Administração Direta e a Administração Indireta, é correto afirmar que

- (A) a Administração Direta é regrada por hierarquia e desconcentração, enquanto a Administração Indireta orienta-se por controle e descentralização.
- (B) a distribuição de competências entre os órgãos da Administração Direta é definida pela descentralização.
- (C) a Administração Indireta tem como principal atributo a organização hierárquica e a desconcentração dos órgãos que a integram.

(D) enquanto a hierarquia e o controle se apresentam como características da Administração Direta, a descentralização e a desconcentração informam a Administração Indireta.

**91.** Assinale, dentre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Indireta listadas, a que se apresenta com maior grau de regime jurídico administrativo e mais distante do regime privado.

- (A) Autarquia.
- (B) Sociedade de Economia Mista.
- (C) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Empresa Pública.

**92.** Considerados os elementos do ato administrativo, a motivação, ou seja, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato, integra o conceito de

- (A) finalidade.
- (B) motivo.
- (C) forma.
- (D) objeto.

**93.** Para os atos que apresentarem defeitos sanáveis, por decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 indica como solução a

- (A) tredestinação.
- (B) convalidação.
- (C) anulação.
- (D) revogação.

**94.** A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, assegurada prévia e justa indenização em dinheiro, prevista no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal,

- (A) caracteriza sanção pelo descumprimento à função social da propriedade rural.
- (B) trata do confisco de imóvel utilizado para o cultivo de plantas psicotrópicas.
- (C) pode ter por objeto imóvel que cumpre a função social da propriedade.
- (D) constitui sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana.

**95.** Segundo o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça,

- (A) a função de Corregedor Nacional de Justiça será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) compete à Corregedoria Nacional de Justiça, além de outras atribuições, delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Magistrados Auxiliares ou a servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas de competência da Corregedoria.
- (C) a sindicância é o procedimento investigativo sumário, levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, destinado a apurar irregularidades atribuídas somente a magistrados.
- (D) os atos de natureza normativa que poderão ser expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça são somente os provimentos e as resoluções.

**96.** Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A presunção de veracidade, por ser absoluta, não pode ser elidida por outras provas.
- (B) A anulação de ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário.

- (C) Mesmo que o ato administrativo seja anulado, por vício de ilegalidade, subsistem os direitos gerados no período que antecede sua invalidação.
- (D) A presunção de veracidade significa que todo ato editado pela Administração Pública é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo.

**97.** A Lei de Improbidade Administrativa elenca atos praticados por qualquer agente público e as respectivas sanções, sendo correto afirmar:

- (A) em nenhuma hipótese, poderá o sucessor ser alcançado por sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, por ser tratado de penalidades personalíssimas.
- (B) àquele que concorra para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie, mesmo não sendo agente público, são aplicadas as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) pessoa Jurídica de Direito Público, mesmo que interessada, não tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.
- (D) a conduta culposa do agente público, que ocasione prejuízo ao erário, não dá ensejo à responsabilização por improbidade administrativa.

**98.** No que tange aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A imperatividade nem sempre é atributo do ato administrativo.
- (B) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos.
- (C) Quando dotado de autoexecutoriedade, não pode o ato administrativo ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.
- (D) Em atos praticados por particulares, no exercício da função administrativa, verifica-se o atributo da imperatividade.

**99.** Segundo o regramento do processo administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública pode se recusar a receber documentos, quando reputá-los ilegais, sem obrigação de motivar a decisão de recusa.
- (B) O Processo Administrativo não pode ser iniciado de ofício, em virtude do princípio da inércia.
- (C) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
- (D) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, em prol da celeridade processual.

#### Conhecimentos Gerais

**100.** A Amazônia Legal brasileira compõe-se dos seguintes estados:

- (A) Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e de parte do estado do Maranhão.
- (B) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte do Estado de Minas Gerais.
- (C) Amazonas, Roraima, Amapá e Arquipélago de Fernando de Noronha.
- (D) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte de Iquitos.

07.12.2019

#### REMOÇÃO

---

#### PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

Versão 4

1 - B	2 - B	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - B	9 - A	10 - D
11 - A	12 - A	13 - C	14 - D	15 - B	16 - D	17 - A	18 - C	19 - C	20 - B
21 - B	22 - A	23 - B	24 - D	25 - A	26 - B	27 - C	28 - A	29 - B	30 - A
31 - D	32 - B	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - C	38 - D	39 - B	40 - B
41 - C	42 - D	43 - A	44 - D	45 - D	46 - B	47 - B	48 - A	49 - C	50 - D
51 - A	52 - B	53 - D	54 - C	55 - A	56 - B	57 - D	58 - A	59 - C	60 - B
61 - A	62 - D	63 - D	64 - A	65 - C	66 - D	67 - B	68 - A	69 - A	70 - B
71 - D	72 - B	73 - C	74 - A	75 - D	76 - C	77 - C	78 - A	79 - A	80 - B
81 - C	82 - A	83 - D	84 - D	85 - C	86 - C	87 - B	88 - A	89 - D	90 - A
91 - A	92 - C	93 - B	94 - C	95 - B	96 - D	97 - B	98 - D	99 - C	100 - A